

Assunto: O que está por trás	
Veículo: Jornal do Commercio	
Página: 04	Data: 16/05/2014
Editoria: POLÍTICA	Seção/Repórter: pinga-fogo

jornal do commercio

O que está por trás

Independentemente dos aproveitadores de plantão que promoveram saques para roubar mercadorias e depredar patrimônios privados e públicos em função da greve da Polícia Militar, a queda de braço entre parte da tropa e o governo do Estado não começou hoje, vem de longe e tem uma forte conotação política. Os ânimos se acirraram ainda mais depois que a Justiça interveio na Associação Pernambucana dos Cabos e Soldados desde março, dissolvendo a direção da entidade, comandada por Renilson Bezerra. Uma comissão de sete cabos foi constituída pelo comandante-geral da PM, coronel José Carlos Pereira, a quem caberia, de acordo com a Justiça, organizar a associação e preparar uma nova eleição.

O governador naquele período era Eduardo Campos, que deixou o cargo semanas após para disputar a campanha presidencial deste ano, sendo substituído pelo atual chefe do Poder Executivo estadual, João Lyra.

A Justiça promoveu essa decisão tomando como suporte uma ação, protocolada em 2008, por Albérison Silva. Ele tinha perdido a eleição daquele ano da entidade para Renilson e o acusava de ter fraudado o pleito. O grupo de Renilson, então, reagiu e criticou o Estado. Denunciou que o governo, através da ação de Alberisson, tinha ressuscitado os duros anos da ditadura ao intervir em uma entidade privada e "entregar policiais e bombeiros militares à própria sorte".

A nota, divulgada pela associação naquela época, deixa isso bem claro: "A partir de agora, o diálogo das pautas de interesses dos associados deverá ser feita por uma comissão escolhida pelo comandante-geral. Parece piada, mas não é". Nesse documento, que circulou logo após a intervenção, o grupo de Renilson diz que o processo estava parado na Justiça e só agora, às vésperas da campanha eleitoral, andou.

O governo explicou que o comando-geral da PMPE não aceitou administrar a intervenção. Por isso, a comissão foi criada para gerenciar a crise na associação. Quem termina sofrendo com essa queda de braço é o cidadão, que ficou aterrorizado com as cenas de violência, exibidas pelos meios de comunicação e pelas redes sociais. Elas correram o mundo, dando uma dimensão real da sensação de medo e de vulnerabilidade que contaminou todos os pernambucanos.

Assunto: Caiu no colo de João Lyra	
Veículo: Jornal do Commercio	
Página: 04	Data: 16/05/2014
Editoria: POLÍTICA	Seção/Repórter: pinga-fogo

jornal do commercio



O Estado afirma não ter nada a ver com a decisão da Justiça que determinou a intervenção na associação. O governador João Lyra ressalta que a sua missão é tomar as providências para garantir a segurança da população. Volta a dialogar com os militares quando a greve acabar. O fato é que o clima político entre os militares e o governo não está nada bom.

Assunto: Reivindicações vão esperar até janeiro	
Veículo: Jornal do Commercio	
Página: 02	Data: 16/05/2014
Editoria: CIDADES	Seção/Repórter:

jornal do  commercio

Reivindicações vão esperar até janeiro

GREVE DA PM Apesar do fim da paralisação, o aumento salarial para a categoria só será discutido em 2015

Após dois dias de paralisação e consequências trágicas na segurança pública de todo o Estado, os policiais militares decidiram na noite de ontem encerrar a greve da categoria, que já havia sido considerada ilegal pelo Tribunal de Justiça. A decisão, tomada sobretudo pelas lideranças do movimento, foi recebida com uma certa dose de insatisfação por parte da tropa, que esperava ganhos mais significativos. Ainda assim, os líderes grevistas avaliaram a contraproposta do governo estadual como positiva e acreditam que a corporação saiu fortalecida da manifestação. A determinação era que os PMs aquartelados voltassem às ruas ainda na noite de ontem, para restaurar a normalidade. Às 22h, a reportagem viu a Patrulha do Bairro em ação em Casa Forte. O homem abordado até parabenizou a dupla pelo retorno.

A pauta inicial da classe, apresentada no dia 25 de abril, continha 18 itens, posteriormente reduzidos a quatro – reajuste salarial de 50% para praças e 30% para oficiais; aumento de R\$ 154 mensais para R\$ 500 no vale-refeição; criação de um Plano de Cargos e Carreiras (PCC) e reestruturação do Hospital da PM. O acordo de ontem entre Polícia Militar e governo prevê o cumprimento de dois dos pontos, que são a votação e aprovação na Assembleia Legislativa do Estado de Pernambuco (Alepe) de uma lei de promoções, que funcionaria como PCC, e as esperadas melhorias na unidade de saúde da instituição, hoje sucateada. Outro item pactuado é a revisão do Código Disciplinar.

Uma comissão de deputados se reuniu novamente com representantes do governo, na sede da Secretaria de Planejamento e Gestão (Seplag), em Santo Amaro, e em seguida se encontrou com os grevistas. Enquanto o ministro da Justiça, José Eduardo Cardozo, e o governador João Lyra Neto anunciavam à imprensa, na mesma Seplag, a megaoperação da Força Nacional e do Exército para tentar restabelecer a ordem no Estado, a cerca de dois quilômetros dali, em frente ao Palácio do Campo das Princesas, o comitê representante da PM subia no trio elétrico para anunciar o acordo.

Um dos líderes do movimento e principal voz dos praças, o soldado Joel Maurino, lotado no 18º Batalhão, falava sobre os pontos acertados ante uma visível revolta de parte da tropa. A situação ficou mais amena quando a tenente-coronel Conceição Antero, que já comandou oito unidades da PM, recebeu a palavra e tentou vencer os PMs dos êxitos logrados pelo movimento. Embora não houvesse unanimidade nem tampouco votação, a paralisação foi encerrada.

Joel explicou que o final da greve não encerra a luta da classe por melhorias, uma vez que o principal ponto de reivindicação, o aumento salarial de 50% para praças e 30% para oficiais, não saiu. O efetivo terá em junho um reajuste de 14,55%, acertado desde 2011. Segundo o soldado, PM e governo voltarão a negociar um reajuste em janeiro. “Estou me comprometendo com a categoria que no início do ano que vem nós vamos retomar a discussão. O canal está aberto. A categoria continuará debatendo e o ganho será ainda maior. A lei de promoções será aprovada em caráter de urgência. Sabemos que 5% a 10% da tropa ficou insatisfeita, mas nem Jesus agradou a todo mundo”, comentou. “Pedimos que os companheiros peguem suas viaturas, porque a sociedade precisa demais”, acrescentou. Joel disse ainda que outro ganho foi a incorporação da gratificação de risco de vida (que varia de R\$ 500 para soldados a R\$ 2.815,13 para coronéis) ao soldo.

Conceição afirmou que o movimento foi até onde deu, mas salientou que é preciso saber a hora de parar. “A gente não podia mais permitir esse caos. Conseguimos algo próximo do que a gente tinha pedido. Nossa greve parou o Estado. Não tinha como prosseguir”, frisou.

Assunto: Governador da Bahia ligou para João Lyra	
Veículo: Jornal do Commercio	
Página: 02	Data: 16/05/2014
Editoria: CIDADES	Seção/Repórter:

jornal do  commercio

Governador da Bahia ligou para João Lyra

O governador da Bahia, Jaques Wagner, que vivenciou situação semelhante em seu Estado exatamente um mês atrás, conversou rapidamente com o **Jornal do Commercio** ontem por telefone e confirmou que, no dia anterior, conversou com o governador João Lyra Neto. Wagner deu a Lyra detalhes sobre a condução do processo que culminou com o fim da greve da Polícia Militar baiana.

“Nós já tínhamos negociado um reajuste salarial e, mesmo assim, a PM decidiu parar por 36 horas. Mas eles logo se convenceram que era melhor voltar ao trabalho e foi isso que aconteceu. Não sei como foi conduzido o processo aí em Pernambuco, mas tentamos ajudar”, declarou ele, pouco antes de embarcar para uma viagem de trabalho.

As duas paralisações guardam semelhanças além da proximidade temporal. Ambas foram consideradas ilegais pelo Tribunal de Justiça de cada Esta-

“Não sei como foi o processo em Pernambuco, mas tentamos ajudar”, diz Jaques Wagner

do, que estipulou multa para cada dia sem retorno ao trabalho, e ocorreram mesmo diante de um acerto anterior entre governo e categoria. No caso baiano, Jaques concordou em dar um aumento de 6% por meio do reajuste da gratificação.

Durante dois dias de paralisação na Bahia, 39 pessoas foram assassinadas apenas na Região Metropolitana de Salvador. Em Pernambuco, foram 27 homicídios nos últimos três dias.

Assunto: Dayse no TJPE	
Veículo: Jornal do Commercio	
Página: 03	Data: 16/05/2014
Editoria: CADERNO C	Seção/Repórter: dia-a-dia

jornal do commercio

Dayse no TJPE

Dayse Andrade Pereira é a nova desembargadora do Tribunal de Justiça de PE. A ligação do governador João Lyra, contando da escolha, já foi tarde da noite, quando ela estava em casa com as filhas. Ela será a única mulher na corte. Ocupará a vaga de Alderita Ramos. A ex-procuradora quer marcar a posse festiva para o final do mês.

Assunto: Alívio nas ruas com o fim da greve – decisão da Justiça	
Veículo: Diário de Pernambuco	
Página: A4	Data: 16/05/2014
Editoria: LOCAL	Seção/Repórter:

DIARIOdePERNAMBUCO

Alívio nas ruas com o fim da greve

Após 48 horas de medo e violência nas ruas, os policiais militares e bombeiros de Pernambuco decidiram interromper a greve deflagrada por melhores salários e condições de trabalho. Na noite de ontem, após a terceira rodada de negociações intermediada por uma comissão de deputados da Assembleia Legislativa do estado, o grupo que liderou a mobilização anunciou aos policiais as propostas do governo e ponderou que a população não poderia mais continuar sem segurança nas ruas.

Horas após o anúncio do fim da greve, o **Diário** percorreu alguns bairros do Recife, como Derby, Boa Viagem, Torre e Várzea. Viaturas da PM já eram vistas em rondas pelas principais ruas. O governo do estado informou que a Força Nacional de Segurança e o Exército continuarão oferecendo segurança à população até que o retorno ao trabalho dos policiais esteja consolidado.

Apesar de a decisão pelo fim da greve não ter ocorrido com a votação direta da categoria, como havia acontecido na quarta-feira, a maior parte do grupo saiu demonstrando satisfação. “Algumas vezes é preciso dar um passo para trás para no futuro dar dois para frente. Tivemos ganhos”, afirmou o soldado Joel Maurino, um dos líderes do movimento. Um grupo menor, mais exaltado, não concordou com o fim da greve e, aos gritos, chamou as lideranças do movimento de covardes.

Acordo

Entre as propostas apresentadas pelo governo está a criação da lei de planos de cargos e carreiras. “A cada cinco anos,

haverá promoção para os praças. Uma comissão na Assembleia começará a avaliar as promoções na próxima segunda-feira”, garantiu Joel Maurino. A discussão do aumento salarial para os praças e os oficiais ficou

para janeiro de 2015. No próximo mês, eles receberão reajuste de 14,55%, já previsto desde 2011.

A multa de R\$ 100 mil por

dia arbitrada pela Justiça, que julgou ilegal a greve, também pesou na decisão pelo fim da paralisação. A comissão desta-

MOVIMENTO FOI CONSIDERADO ILEGAL PELA JUSTIÇA, QUE ARBITROU MULTA

cou a necessidade da volta imediata da PM às ruas para tranquilizar a sociedade e garantir a ordem. Nas

últimas 48 horas, 234 pessoas foram detidas e 102 autuadas em flagrante por crimes como furtos, roubo e danos ao patrimônio. Somente ontem, até as

18h, 14 assassinatos já haviam sido registrados pelo IML.

Os saques ao comércio dos municípios da RMR se somaram à desordem. Arrastões e assaltos também foram registrados nos dias de greve. Ontem, instituições de ensino não abriram as portas. Estabelecimentos comerciais fecharam mais cedo. “Hoje (ontem) virou feriado no estado”, resumiu um dos líderes do movimento. À noite, o clima continuava tenso e saques foram registrados mesmo depois de anunciado o fim da greve.

“

Algumas vezes é preciso dar um passo para trás para no futuro dar dois para frente. Tivemos ganhos”

Soldado Joel Maurino,
um dos líderes do movimento

Assunto: Greve dos policiais – Lyra comenta autoridades

Veículo: Diário de Pernambuco

Página: B3

Data: 16/05/2014

Editoria: POLÍTICA

Seção/Repórter:

DIÁRIO de PERNAMBUCO

Governador de Pernambuco chegou a pedir conselhos a governadores do Nordeste, à presidente Dilma Rousseff e ao ex-governador e presidenciável Eduardo Campos

Lyra consulta autoridades

ROSÁLIA RANGEL
rosaliarangel.pe@dabr.com.br

Até chegar a decisão que a melhor solução para conter a insegurança no estado seria recorrer às tropas federais, o governador João Lyra Neto (PSB) conversou com muita gente. Foram várias consultas feitas por telefone a autoridades, e desabafo, a exemplo das palavras ditas à presidente Dilma Rousseff (PT) no final da tarde da última terça-feira, a quem confessou estar diante de "um impasse". Disse que foi por isso que pediu ajuda à Força Nacional e ao Exército para suprir a ausência dos policiais militares.

O governador acreditava que estava perto de um desfecho quando foram apresentadas, na última terça-feira, propostas para três dos quatro itens da pauta de reivindicações. Mas os grevistas não aceitaram a justificativa de que o governo não poderia conceder os reajustes (30% no salário dos oficiais e 50% para os praças) e do vale-alimentação (de R\$ 154,00 para R\$ 500,00) em razão dos limites impostos pela lei eleitoral.

Enquanto durou as negociações que, segundo informações de bastidores, o governo procurou esgotar em busca de um acordo, Lyra se preparou para enfrentar o momento de maior pressão: a insegurança no estado.

A consulta de João Lyra

Com quem o governador conversou antes de pedir a ajuda das tropas federais

Dilma Rousseff (PT) - presidente da República

Falou com a presidente por telefone no final da tarde da última terça-feira. O governador afirmou que estava diante de um impasse e por isso teria solicitado a presença de tropas federais.



José Eduardo Cardozo - ministro da Justiça

João Lyra conversou algumas vezes com o ministro para obter explicações sobre quais os mecanismos que precisava adotar para solicitar tropas federais para reforçar a segurança no estado.



Jaques Wagner (PT) - governador da Bahia

Recentemente, em abril, precisou do reforço de tropas federais para reforçar a segurança no estado devido à greve da PM



Teotônio Vilela Filho (PSDB) - governador de Alagoas

Em dezembro de 2013, o governador alagoano teve que lidar também com uma greve da Polícia Militar e recorreu à Força Nacional



Eduardo Campos (PSB) - pré-candidato à Presidência da República

João Lyra conversou algumas vezes com o ex-governador que sugeriu ações para contribuir com as negociações.



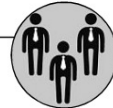
Regina Miki - secretária Nacional de Segurança Pública do Ministério da Justiça

A secretária chegou ao Recife na última segunda-feira. Participou das reuniões que trataram do movimento e da decisão de solicitar tropas federais.



Secretários estaduais

Luciano Vasquez - Casa Civil
Mário Cavalcanti - Casa Militar
José Neto - Administração



Os três foram convocados por João Lyra para formar a comissão que tratou diretamente do movimento e acompanhou todos os passos dados pelo governador desde a decretação até o fim da greve.

Na última terça-feira, o governador deixou o Palácio depois da meia-noite, quando terminou uma reunião com os secretários escalados para acompanhar o passo a passo do movimento. Nas conver-

sas, Lyra contou com o reforço da secretária de Segurança Nacional do Ministério da Justiça, Regina Miki, que se reuniu algumas vezes com o procurador-geral do estado, Thiago Norões, e tratou dos

detalhes da chegada das tropas federais. Para adotar a medida, o governador consultou, ainda, o Tribunal de Justiça, o Ministério Público e a Ordem dos Advogados do Brasil (OAB/PE).

Os três foram convocados por João Lyra para formar a comissão que tratou diretamente do movimento e acompanhou todos os passos dados pelo governador desde a decretação até o fim da greve.

Assunto: Trato fechado paralelamente	
Veículo: Diário de Pernambuco	
Página: B2	Data: 16/05/2014
Editoria: POLÍTICA	Seção/Repórter:

DIÁRIO de PERNAMBUCO

Trato fechado paralelamente

Enquanto governador João Lyra anunciava necessidade do Exército nas ruas, deputados reuniam-se com policiais e bombeiros

THIAGO NEUENSCHWANDER
politica.pe@dabr.com.br

O desfecho da greve dos policiais e bombeiros militares em Pernambuco, na noite de ontem, começou a ser costurado nos bastidores com a intervenção de deputados estaduais ligados ao governo, à oposição e à bancada independente. Desde quarta-feira, pelo menos duas reuniões foram realizadas a portas fechadas na Assembleia Legislativa do estado entre os parlamentares e a comissão que representa a categoria. Nessas conversas, a pauta de reivindicações foi apresentada, as garantias foram dadas e o acordo foi finalmente fechado.

HOUVE DUAS REUNIÕES ENTRE DEPUTADOS ESTADUAIS E GREVISTAS

A primeira dessas reuniões ocorreu ainda na manhã da quarta, depois que a Justiça decretou a ilegalidade do movimento. Como naquele momento o governo havia fechado o canal de negociações por conta da decisão, coube aos deputados o trabalho de mediar o debate. A reunião aconteceu no gabinete do presidente da Casa, Guilherme Uchôa. "A pauta foi aprovada, executando-se a questão do aumento salarial, por conta da legislação eleitoral. Mas, como os ânimos estavam acirrados, a proposta só foi levada à tropa

hoje (ontem)", explicou o deputado Alberto Feitosa.

Quando o resultado das negociações chegou aos policiais, um fato denunciou falta de timing do governo. No momento em que a tumultuada assembleia que encerrou a greve acontecia em frente ao Palácio do Campo das Princesas, o governador João Lyra, acompanhado do ministro da Justiça, José Eduardo Cardozo, concedia entrevista coletiva a pouco mais de 1 km dali, na Secretaria de Planejamento e Gestão. Falava sobre a necessidade do Exército nas ruas e em

uma reunião para avaliar o pós caos. Só após a entrevista tomou conhecimento do fim do movimento.

O secretário da Casa Civil, Luciano Vasquez, informou que o dia de hoje será decisivo para definir as medidas que serão tomadas. "Por enquanto, a Força Nacional continuará aqui. Vamos aguardar para ter a certeza do fim da greve". O ex-governador Eduardo Campos divulgou nota dizendo que estava acompanhando com preocupação o que ocorria e que esperava uma solução pacífica. "A hora agora é de bom senso, de lutarmos juntos por melhores salários, sem deixar a sociedade pernambucana no medo e na insegurança".

+ saibamais

Imagem no exterior

Em menos de 15 dias, Pernambuco teve sua imagem "vendida" negativamente em páginas de jornais e de sites de diversos países devido a episódios que ocorreram no estado. Tanto no caso do vaso sanitário arremessado de dentro do estádio do Arruda, que resultou na morte de um torcedor, após uma partida de futebol entre Santa Cruz e Paraná, quanto na greve da Polícia Militar, onde a cenas de saques ultrapassaram as divisas do estado, Pernambuco foi lembrado com uma das cidades-sede da Copa do Mundo.



WALL STREET JOURNAL
Noticiou a greve dos policiais



JORNAL ALEMÃO
Destacou morte de torcedor

“

Por enquanto, a Força Nacional continuará em Pernambuco. Vamos aguardar para ter a certeza da efetividade do fim da greve”

Luciano Vasquez,
secretário da Casa Civil

Assunto: Eleição para a presidência do TRE	
Veículo: Diário de Pernambuco	
Página: D3	Data: 16/05/2014
Editoria: VIVER	Seção/Repórter: João Alberto

DIARIOde**PERNAMBUCO**

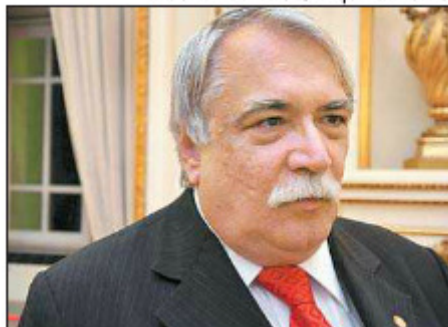
Surpresa

O desembargador Alberto Virgínio, eleito quarta-feira, não será obrigatoriamente o próximo presidente do Tribunal Regional Eleitoral de Pernambuco. Poderá até ser eleito, mas disputará aquele cargo com o desembargador Fausto Campos, atual vice-presidente do TRE-PE. Todas as especulações apontavam que a vitória seria do decano Jones Figueiredo. No bastidor, admite-se que o resultado pode representar uma tomada de posição dos desembargadores mais novos querendo espaços de comando. Já o desembargador José Fernandes de Lemos retornará ao Tribunal de Justiça de Pernambuco, quando encerrado seu mandato no TRE, dia 15 de junho.

Assunto: Zebra	
Veículo: Folha de Pernambuco	
Página: 2	Data: 16/05/2014
Editoria: ÚLTIMAS NOTÍCIAS	Seção/Repórter: Fogo Cruzado



Paullo Almeida/Arquivo **Folha**



■ **ZEBRA** - No Tribunal de Justiça foi encarada como "zebra" a derrota do desembargador Jones Figueiredo (foto) para Alberto Virgínio na disputa por uma vaga no TRE. Jones tinha o apoio do presidente Frederico Neves e dos ex-presidentes Jovaldo Nunes e José Fernandes.

Assunto: Greve ilegal acaba com tropa dividida

Veículo: Folha de Pernambuco

Página: 8

Data: 16/05/2014

Editoria: COTIDIANO

Seção/Repórter:

FOLHA
DE PERNAMBUCO

Ameaça de multa de R\$ 100 mil contribuiu para decisão

Greve ilegal acaba com tropa dividida

■ **CORPORAÇÃO** demorou a decidir e saiu insatisfeita por não ter obtido aumento de 50% para cabos e 30% para oficiais

PRISCILLA COSTA
Continuação da página 6

Depois de 48 horas de multa tensão, saques, arrastões, assaltos, prisões e tumulto, os policiais e bombeiros militares do Estado decidiram, em assembleia, dar fim à greve. A decisão foi tomada minutos depois do fim da reunião entre o ministro da Justiça, Eduardo Cardozo, e o governador de Pernambuco, João Lyra Neto, para definir a intervenção do Governo Federal na segurança do Estado durante a greve. Apesar da decisão pela volta às ruas não ter sido unânime, soldados que estavam acuartelados voltaram ao ofício ainda na noite de ontem. No entanto, o Governo passará a considerar o fim da greve somente após a categoria se pronunciar oficialmente. Por enquanto, o efetivo da Força Nacional e do Exército permanece em todo o território pernambucano a fim de restabelecer a ordem pública.

Pela manhã, a greve foi considerada ilegal pelo desembargador e presidente do Tribunal de Justiça de Pernambuco (TJPE), Frederico Neves, que determinou retorno imediato da categoria ao trabalho. Caso os policiais militares continuassem com a paralisação, a associação seria multada em R\$ 100 mil por dia, o que se tornou um dos principais motivos para grande parte dos militares recuarem da paralisação. "A categoria entendeu que devido às Leis de Responsabilidade Fiscal e Eleitoral não são permitidos reajustes nesse primeiro momento. Mas, a luta continua. Em janeiro próximo, voltaremos a nos reunir para reivindicar o



Paulo Almeida

NO COMEÇO da noite, após muito debate, policiais abandonaram a paralisação

Folha resume

Demorou, mas o bom senso vingou: às 20h, após um dia repleto de confusões para os civis, a corporação viu que era insensato continuar insistindo em uma greve ilegal, que poderia, inclusive, custar caro ao Sindicato: a multa aplicada pelo TJPE era de R\$ 100 mil por dia parado. Diante de tudo, os PMs voltaram às ruas.

reajuste percentual do nosso salário e do vale-alimentação", prometeu um dos dirigentes da tropa, Joel da Harpa. O objetivo é incorporar as exigências ao próximo governo. Os militares pedem por reajuste salarial de 50% para soldados e de 30% para oficiais a partir de janeiro de 2015 e pelo aumento do vale-alimentação de R\$ 154 para R\$ 500.

A insatisfação de uma pequena parcela da categoria se deu, principalmente, porque mesmo após as conquistas alcançadas, os policiais militares e bombeiros não tiveram um ganho salarial real após a greve. Para alguns, o fim da greve não foi votado de forma unânime, mas anunciada por líderes da manifestação. "Tanta luta para quê? Ganhamos em alguns pontos, mas o salário continua defasado. Para mim,

a comissão abandonou o movimento", queixou-se o soldado do 6º Batalhão de Loboatão dos Guararapes, Rafael Almeida, 28 anos. "Vou voltar a trabalhar amanhã (hoje) porque é o jeito, mas dizer que estou feliz com o resultado, será hipocrisia da minha parte", acrescentou.

Mesmo com a insatisfação de alguns, os primeiros benefícios do pós-greve começaram a ser incorporados a partir do próximo mês. Em junho, será adicionado ao salário-base de militares já aposentados e ativos, o risco de morte, avaliado em R\$ 500, mais um aumento de 14,55%, previsto desde 2011; a reestruturação do Centro Médico-Hospitalar (CMH), cujo investimento está avaliado em R\$ 4 milhões; o fim da pena de prisão prevista no Código

Saiba mais

OFICIAIS - A assembleia dos oficiais que foi realizada na tarde de ontem, descartou a adesão dos setores mais fortes da segurança à greve das patentes inferiores. O encontro, que contou com cerca de 50 pessoas, foi promovido pela Associação dos Militares do Estado de Pernambuco (Ame). "Entendemos que esta não é a melhor forma de conduzir o processo", afirmou o capitão Vladimir Assis.

Disciplinar, bem como a reformulação do plano de cargos e carreiras a partir da próxima segunda-feira, com a criação de uma comissão de deputados da Assembleia Legislativa do Estado (Alepe), que irá avaliar, até 30 de julho, as promoções na categoria com base em tempo de serviço. "Para a categoria, a promessa de que as promoções acontecerão a cada cinco anos foi uma grande conquista. Há soldados que aguardam um escalonamento para o cargo de cabo há cerca de 25 anos", pontuou Jo.

Assunto: Passeata antes de voltar atrás	
Veículo: Folha de Pernambuco	
Página: 8	Data: 16/05/2014
Editoria: COTIDIANO	Seção/Repórter:



Passeata antes de voltar atrás

MARCÍLIO ALBUQUERQUE

Pela manhã, a disposição da corporação era de resistência. Gritos, cânticos e muitas palavras de ordem ecoaram pelas ruas do centro do Recife, durante a realização de mais uma passeata, promovida por policiais e bombeiros militares de Pernambuco.

As categorias, que hoje chegariam ao quarto dia de paralisação, se reuniram na praça do Derby, de onde um grupo de cerca de mil pessoas seguiu em direção ao Palácio do Campo das Princesas, sede do Governo estadual. Em evidência, permaneceram as reivindicações pleiteadas desde o início do movimento, que incluem reajuste salarial, valorização e melhores condições de trabalho. Contrariando a decisão do Tribunal de Justiça de Pernambuco, que decretou notoriamente a ilegalidade da greve, os



ACREDITANDO em acordo, categoria percorreu ruas

participantes se mostraram dispostos a seguir de braços cruzados, sem sinalizar qualquer mudança em virtude da onda grisante de insegurança que invadiu as diversas regiões do Estado.

"Quando a polícia se ausenta, a sociedade paga um preço muito alto", disse o soldado Joel Maurino, que tem encabeçado as negociações e responde pelos grevistas. Segundo ele, os trabalhadores entenderam que o momento

é oportuno para a busca de direitos que, em sua visão, seriam negligenciados há bastante tempo. "Nosso desejo era de estar nas ruas de uma forma bem diferente, a serviço do povo. Entretanto, quem mais deveria valorizar a classe está na verdade nos hostilizando", criticou, em referência ao governador João Lyra Neto. Sem fornecer o quantitativo de pessoas que permaneceram dentro dos quartéis, o líder

garantiu que 30% da tropa se mantém em atividade.

A multidão seguiu pela Conde da Boa Vista, principal corredor de circulação de veículos do Recife, reforçada por um verdadeiro mar de motocicletas, que juntas promoveram um grande buzinaço. Com as vias desertas - como fruto do medo que fez escolas, lojas e diversas instituições fecharem as portas - avançaram ao som de um trio elétrico, onde as insatisfações eram expostas. Os últimos momentos de "euforia" antes da rendição à realidade incluíram gritos de guerra: e trocas de versos: "Você pagou com traição a quem sempre lhe deu a mão", por "Dudu pagou com traição a quem sempre lhe deu a mão", cantavam os PMs, numa alusão ao apelido de Eduardo Campos.

Continua na página 9

Assunto: Tropas da Força Nacional e o Exército ficarão nas ruas

Veículo: Folha de Pernambuco

Página: 9

Data: 16/05/2014

Editoria: COTIDIANO

Seção/Repórter:

FOLHA
DE PERNAMBUCO

Término do movimento grevista da PM está sendo acompanhado

Tropas da Força Nacional e o Exército ficarão nas ruas

■ O MINISTRO da Justiça e o governador de Pernambuco acham que é cedo para terminar a intervenção

RENATA COUTINHO
Continuação da página 8

As tropas da Força Nacional e do Exército vão permanecer em Pernambuco mesmo com o anúncio do fim da greve da Polícia Militar e dos Bombeiros. A manutenção da operação de guerra montada para garantir a paz e a ordem no Estado foi confirmada no final da noite de ontem pelo ministro da Justiça, José Eduardo Cardozo. "As tropas continuarão a chegar e o planejamento continuará a ser executado sob o comando das Forças Armadas até que o governador avale que a situação está normalizada", declarou o chefe da pasta. O governador João Lyra reforçou que o momento é de espera. "Vamos aguardar o dia de amanhã (hoje) para ver a eficácia dessa decisão do sindicato", afirmou. Dessa forma os militares vão continuar a patrulhar a cidade, fazer blo-



Maurício Ferry

TANQUES de guerra foram vistos circulando por vários corredores viários

Folha resume

Mesmo com o sindicato declarando o fim da greve dos PMs, o Estado vai continuar sitiado por tropas federais. O ministro da Justiça e o governador de Pernambuco acham que é cedo para terminar a intervenção que foi solicitada na quinta-feira. Homens da Força Nacional e do Exército irão às ruas também hoje.

queiros ou desobstruir vias, e atuar na busca e apreensão. Antes mesmo de se reunir

com Lyra, Cardozo recebeu a imprensa para declarar repúdio a situação de caos ins-

talada com a greve da polícia. "Os interesses corporativos nunca podem estar a frente dos interesses públicos", disse. Ele comentou que não considerava razoável a paralisação da corporação, uma vez que ela fere a Constituição. "Não vou discutir mérito, nem as reivindicações. É legítimo que se reivindique. O que não achamos correto são essas medidas tomadas e que geram pânico, desassossego e prejuízo ao cidadão", disparou. Em alguns momentos, o ministro parecia

Saiba mais

PROTESTO - A primeira ação da Força Nacional no Estado foi a contenção de um movimento grevista no Porto de Suape. Cerca de 100 pessoas fecharam os acessos ao complexo por volta das 5h, e após sete horas de negociação frustradas, a tropa retirou os manifestantes com o uso de bombas de fumaça e balas de efeito moral. Ninguém se feriu. Um manifestante foi detido.

A secretária Nacional de Segurança, Regina Mik, justificou que a presença do grupo no protesto era uma questão necessária já que a interdição poderia comprometer o abastecimento de combustível do Estado.

suspeitar que o movimento grevista estaria com as horas contadas. "Acredito que diante das decisões judiciais colocadas acho que as lideranças vão perceber a gravidade da situação", comentou. O Governador João Lyra frisou que a intervenção de tropas federais em Pernambuco, decretada pela presidência da República, tem validade de 15 dias, mas podem ser revogadas a qualquer momento. Será dele a decisão de pedir o fim da operação especial. Questionado se a cessação pode acontecer ainda nesta sexta-feira, o governador preferiu não se antecipar. João Lyra contou que não houve novas negociações

ontem com os grevistas, já que a ilegalidade da mobilização foi apontada pelo Tribunal de Justiça de Pernambuco, mas disse que com o retorno dos policiais novos canais de negociação sobre reivindicações podem ser abertos. Punições administrativas para os líderes da greve não são descartadas pelo Governo. A expectativa de Lyra é que 100% dos homens da Polícia Militar e Bombeiros voltem ao trabalho hoje. As estratégias de campo do Exército e da Força Nacional para hoje continuam sob sigilo, mas foi confirmada a presença dos grupos na Região Metropolitana do Recife (RMR) e no Interior.

Aos poucos, polícia volta à rotina

RODRIGO PASSOS

Poucas horas após o anúncio oficial do fim da paralisação dos Policiais Militares, já era possível ver algumas viaturas da PM circulando pelas ruas do Recife. No bairro de Boa Viagem, por exemplo, um veículo da Patrulha do Bairro, que pertence ao 16º Batalhão de Polícia (BPM), foi visto na rua Pedro Bêngamo. Na avenida Presidente Kennedy, em Peñalvas, onde um clima de hostilidade se revelou entre soldados do Exército Brasileiro e populares, que tentaram invadir lojas durante o dia, quatro viaturas foram acionadas para render a equipe da Força Armada. Como de costume, a Operação Lei

Seca também já estava realizando abordagens, por volta das 23h de ontem. Também nas imediações da entrada do município de Olinda, uma viatura do 1º BPM seguiu sentido Recife/Olinda.

Apesar da volta dos agentes de segurança aos trabalhos, o maior contingente foi registrado na avenida Presidente Kennedy, onde os nervos ainda estavam esquentados pelo que aconteceu ao longo do dia. A atuação do Exército Brasileiro nesta localidade teve um foco de tensão na avenida Presidente Kennedy. Lá, desde o início da tarde, cerca de 150 populares realizaram investidas em algumas lojas. Apesar de algumas portas apresentarem sinais de

Saiba mais

CONTINGENTE - Operação Pernambuco foi o nome dado pelo Exército Brasileiro ao envio de tropas para as terras pernambucanas. Também participaram da ação, o Comando Militar do Nordeste (CMNE) e da 7ª Região Militar. O foco da operação era realizar o patrulhamento ostensivo, operações de controle e distúrbios, interdição de áreas, desocupação de instalações públicas, desobstrução de vias, entre outros.

arrombamentos, os militares conseguiram intervir e a situação foi controlada. Algumas pessoas ainda se dispersaram para dar sustos em outros pontos. Com isso, outros tentaram se aproveitar para invadir as lojas da Presidente Kennedy. "Nós recebemos informação de que estavam aqui e viemos. Foi preciso dar um tiro para cima para dispersar

a população", afirmou o comissário da polícia civil, que auxiliou por um momento, Claudovian Maranhão.

O clima foi esquentando com o passar das horas e das provocações. Alguns ônibus foram atingidos por pedras, que eram atiradas por parte dos moradores. Com isso, um reforço militar foi solicitado, totalizando



Paulo Almeida

ONTEM à noite, viaturas da PM estavam fazendo rondas

cerca de 50 soldados, divididos em três caminhões e mais duas camionetas. Mas, a confusão se espalhou ao longo da avenida. Quando os soldados seguiram para um lado, alguns populares corriam para o outro.

Ao longo do dia, era possível ver grupos de

soldados passeando a pé pelas ruas do Centro do Recife, normalmente, em grupos de seis. Já na avenida 17 de Agosto, no bairro de Casa Forte, um acidente entre um automóvel e uma motocicleta, sem vítimas, fez com que alguns soldados orientassem o trânsito no local.

Líderes grevistas podem ser punidos pela Justiça Militar

MARCELO MONTANINI

Procurado para repercutir sobre as possíveis punições aos líderes grevistas, uma vez que o Tribunal de Justiça de Pernambuco (TJPE) declarou a greve ilegal, o Ministério Público de Pernambuco (MPPE) disse, ontem, que não iria se pronunciar. No entanto, segundo a assessoria de imprensa do MPPE, o subprocurador-geral de Justiça de Pernambuco, Fernando Barros, que está no comando do órgão internamente, vai se pronunciar, hoje à tarde.

Segundo o artigo 30 da Lei nº 7.170/83 (Lei de

Segurança Nacional), compete à Justiça Militar processar e julgar os crimes previstos, observando as normas estabelecidas no Código de Processo Penal Militar, no que não constar na disposição desta Lei, destacada a competência originária do Supremo Tribunal Federal (STF) nos casos previstos na Constituição. A ação penal será promovida pelo Ministério Público.

De acordo com informações apuradas pela reportagem, cabe aos ministérios públicos Federal e Estadual a investigação e, consequentemente, a punição dos líderes

grevistas, visto que, depois de declarada a ilegalidade da greve, a continuidade pode, dentre outras coisas, se caracterizar como "crime contra a segurança nacional" ou "desobediência". No primeiro caso, a pena pode ser de prisão a expulsão, dependendo da gravidade da conduta. No segundo, ocorrem, geralmente, sanções econômicas e, inclusive, o condenado pode ser obrigado, em casos mais graves, a indenizar a União pelo deslocamento das Forças Armadas até o Estado.

A Ordem dos Advogados do Brasil seccional



Paulo Almeida

DIRIGENTES do movimento paredista poderão sofrer sanções econômicas

Pernambuco (OAB-PE), o Ministério Público Federal em Pernambuco (MPF-PE) e o Ministério Público Militar (MPM) também foram procurados pela reportagem da Folha de Pernambuco para se pronunciarem, mas,

"por medida preventiva", todos os órgãos suspenderam o expediente.

Vale destacar que, com base na Lei de Segurança Nacional, o líder da greve da Polícia Militar baiana, vereador Marco Prisco

(PSDB), foi preso a pedido do Ministério Público Federal na Bahia (MPF-BA). Atualmente, encontra-se no presídio da Papuda, em Brasília.

Continua na página 10

Assunto: João Lyra – duro desafio em dois dias de greve da PM

Veículo: Folha de Pernambuco

Página: 10

Data: 16/05/2014

Editoria: COTIDIANO

Seção/Repórter:

FOLHA
DE PERNAMBUCO

Após um mês e dez dias no cargo, governador enfrenta crise

João Lyra: duro desafio em dois dias de greve da PM

■ **SOCIALISTA** preferiu não acreditar em conotação política no movimento paredista que criou pânico no Estado

AMANDA SEABRA,
MIRELLA ARAÚJO,
ANDERSON BANDEIRA,
RENATA COUTINHO E
MARCELO MONTANINI

Continuação do página 9

Com apenas um mês e dez dias à frente do Governo do Estado, João Lyra Neto (PSB) enfrentou, em pleno ano eleitoral, uma greve de grandes proporções da Polícia Militar de Pernambuco, mesmo tendo durado dois dias. Encurralado pelas limitações da legislação eleitoral, que não permite aumento salarial para nenhuma categoria neste período, o governador se cercou de forças políticas do Governo Federal, que disponibilizou efetivos da Força Nacional de Segurança, Exército e enviou o ministro da Justiça, Eduardo Cardozo, para



Maurício Ferry

LYRA admite hipótese de os líderes da greve serem investigados pelo MPPE

o Estado. Além disso, deputados estaduais aliados e da oposição também se envolveram diretamente nas negociações para enfrentar o impasse com a categoria. A paralisação foi considerada ilegal pelo Tribunal de Justiça (TJPE).

Diante da crise e das atitudes de algumas das lideranças do movimento, foi ventilada a possibilidade de haver conotação política na greve,

inclusive com a colocação de nomes da categoria como possibilidades para a disputa de outubro. João Lyra, em entrevista à **Rádio Folha FM 98,7**, disse que preferia não acreditar nessa possibilidade, pois a segurança da população estaria no jogo político.

"Se existem intenções eleitorais, só posso considerar isso um ato insensato. Colocar a se-

gurança pública em risco dessa forma, deixar a insegurança reinar e a bandagem avançar é, no mínimo, uma insensatez", alertou Lyra. O gestor lembrou ainda que, na greve da PM na Bahia, um dos líderes do movimento acabou preso através de denúncia do Ministério Público. Uma vez que a greve em Pernambuco foi considerada ilegal, os responsáveis aqui também podem ser punidos.

Folha resume

Empossado no cargo de governador no último dia 4 de abril, João Lyra Neto enfrentou seu maior desafio, com a paralisação da Polícia Militar. Apesar de a greve ter sido considerada ilegal, o socialista se mostrou disposto ao diálogo, porém não aceita que interesses político-eleitorais estivessem por trás do movimento.

"Com toda certeza as punições aos responsáveis poderão ser aplicadas aqui também, através das forças competentes, que é o Judiciário junto com o Ministério Público", enfatizou.

EFEITO

Para o cientista político Fley Ferreira, em toda greve há interesses políticos envolvidos. "É como na CPI, sempre tem uma conotação política, que muitas vezes vai além do que deveria. Essa situação da PM, de uma forma ou de outra, atinge negativamente o Governo e, consequentemente, o pré-candidato da situação, Paulo Câmara (PSB). Nessa lógica, é possível pensar em uma oposição

que torce para que as coisas piores, torcem pelo terror, para tirar proveito eleitoral", avaliou.

Ferreira destacou, porém, que esse é um reflexo de uma polícia mal remunerada e que esse não é um problema apenas deste momento. "No governo de Miguel Arraes, os policiais eram bem remunerados, mas isso mudou nos governos seguintes, não apenas para essa categoria, mas para o servidor público como um todo. Não é culpa de um único governo, é culpa de Jarbas Vasconcelos (PMDB), de Mendonça Filho (DEM), de Eduardo (Campos), todos são responsáveis", ressaltou.

Assunto: Editorial – greve ilegal da PM e bombeiros	
Veículo: Folha de Pernambuco	
Página: 6	Data: 16/05/2014
Editoria: OPINIÃO	Seção/Repórter: EDITORIAL



EDITORIAL

Greve ilegal da PM e bombeiros

A lei maior do País, todos sabemos, é a Constituição Federal. A ela estão subordinados todos os demais ordenamentos jurídicos e regulamentos de quaisquer outras instituições, inclusive o direito greve de previsto na Consolidação das Leis do Trabalho (CLT).

O movimento paredista da Polícia Militar de Pernambuco e do Corpo de Bombeiros foi inteiramente fora da lei. Quem decidiu pela ilegalidade do movimento paredista, na noite da quarta-feira, foi o presidente do Tribunal de Justiça, desembargador Frederico Neves, a maior autoridade legal neste Estado.

O magistrado exigiu a volta imediata dos grevistas ao trabalho, estabelecendo uma multa diária no valor de R\$ 100 mil, a ser paga pela associação da categoria, caso seja descumprida a sua de-

terminação. O presidente Frederico Neves baseou-se na obediência à Constituição a que todos estão submetidos, depois que os grevistas rejeitaram a proposta conciliatória do Governo do Estado.

De acordo com a decisão judicial, a segurança pública é considerada serviço essencial, mais uma razão que proíbe a decretação da greve pelos policiais, ao colocar a população em situação real de risco.

O presidente da Ordem dos Advogados – seção de Pernambuco -, Pedro Henrique Alves, afirmou categoricamente que “militar não tem direito à greve”, tanto que “a Lei 7.783, promulgada em 1989 e que trata do exercício do direito de greve, não abrange esta esfera (a PM) do serviço público”.

O MOVIMENTO paredista foi fora da lei. Os saques promovidos por vândalos causaram medo e prejuízo

No mérito da questão, sem nenhum partidário político deste veículo de comunicação, o Governo do Estado revelou, em nota oficial publicada na imprensa local, que vem honrando os compromissos assumidos com as duas corporações desde 2007 a 2014, inclusive o aumento da remuneração de oficiais e subalternos, afirmando, ainda

que, em acordo firmado em 2011, ficou previsto que haveria um reajuste salarial de 14,55% para todos os militares de Pernambuco, este ano, em percentual superior à inflação, com ganhos concretos dos beneficiários.

Cabe, ainda, uma indagação. Por que uma categoria profissional, mesmo que militar, deve receber mais do que outras tantas existentes, abrangendo trabalhadores das mais diversas atividades? A quantos dias de expediente na semana são obrigados a cumprir os grevistas, ao contrário de tantos outros cuja labuta é ininterruptamente diária? E por que movimentos grevistas anteriores serviram de plataforma de decolagem para a atividade político-partidária legislativa de alguns dos seus mentores? Tratou-se, portanto, de um movi-

mento ilegal, ao revés da lei, consoante se pronunciou o presidente do Tribunal de Justiça, desembargador Frederico Neves.

E, para agravamento de sua apreciação, com a isenção seguida sempre por este jornal, a essência da greve penalizou a população que os remunera com impostos pagos, prejudicou a locomoção e a segurança física de jovens estudantes de qualquer nível de ensino e trabalhadores em geral, as atividades produtivas, os locais públicos (ruas, avenidas) sujeitos aos “arrastões” e maior número de assaltos, os estabelecimentos comerciais saqueados, enfim, a muitos outros setores da sociedade pernambucana. Esta é a realidade dos fatos contra os quais não existem argumentos.

Assunto: Daisy assume	
Veículo: Folha de Pernambuco	
Página: 2	Data: 16/05/2014
Editoria: PROGRAMA	Seção/Repórter: PERSONA



DAISY ASSUME

O governador João Lyra Neto nomeou Daisy Maria de Andrade Costa como desembargadora do TJPE. A procuradora já havia figurado na lista tríplice em duas outras vezes e finalmente foi elevada ao posto de magistrada. O TJ volta a ter representante do sexo feminino, depois da aposentadoria de Alderita Ramos.

Assunto: O que ninguém queria	
Veículo: Jornal do Commercio	
Página: 1	Data: 15/05/2014
Editoria: CIDADES	Seção:

jornal do  commercio

O que ninguém queria

O que os pernambucanos mais temiam aconteceu: a greve por tempo indeterminado da Polícia Militar foi confirmada no fim da tarde de ontem. O simples “sim” da categoria à proposta dos novos líderes da corporação desencadeou uma série de fatos. A noite chegou e, com ela, o que era boato durante o dia virou uma triste realidade: assaltos e arrastões eram relatados na Agamenon Magalhães, na Cruz Cabugá, em Boa Viagem. Em meio ao burburinho surdo das redes sociais, o município de Abreu e Lima deu a senha para o caos que ninguém queria que acontecesse: um protesto terminou em interdição da BR-101, ônibus queimado e saques a caminhões e lojas.

Cenário de terra arrasada. De filme apocalíptico. Pior: a sensação de medo voltou com toda a força. Ao mesmo tempo que negociava uma saída acordada com os grevistas, o governador João Lyra Filho (PSB) pedia ao Tribunal de Justiça de Pernambuco (TJPE) a ilegalidade das paralisações e solicitava à presidente Dilma Rousseff a vinda da Força Nacional de Segurança (FNS), a tropa de elite da União para conter distúrbios e situações de convulsão social. Na Região Metropolitana, órgãos públicos, como a Universidade Federal de Pernambuco (UFPE), cancelaram o expediente diante da falta de segurança cada vez mais alarmante. Ao largo de tanta coisa acontecendo ao mesmo tempo, o temor dos fantasmas de 1997 e 2000: a população se prepara para dias de incerteza e medo, a menos de um mês da Copa do Mundo, sem ter a quem apelar.

Assunto: Força nacional nas ruas	
Veículo: Jornal do Commercio	
Página: 2	Data: 15/05/2014
Editoria: CIDADES	Seção:

jornal do  commercio

Força Nacional nas ruas

GREVE DA PM Após fracasso na negociação, Estado solicitou ilegalidade da paralisação ao TJPE e pediu socorro ao governo federal

A confirmação da greve da Polícia Militar (PM) por tempo indeterminado, decretada na noite de ontem, em frente ao Palácio do Campo das Princesas, no Centro do Recife, levou o governador João Lyra Neto a tomar uma medida enérgica: o Exército Brasileiro e a Força Nacional de Segurança foram convocados e estarão ainda hoje nas ruas de Pernambuco. Quem coordena pessoalmente as tropas é o ministro da Justiça, José Eduardo Cardozo. O governo já entrou com uma ação no Tribunal de Justiça de Pernambuco (TJPE) contra o movimento por considerá-lo ilegal e abusivo.

“Entramos em um acordo (intermediado por deputados estaduais) com a comissão da PM, que entendeu e concordou com a contraproposta para as reivindicações. Inexplicavelmente, diferente do discurso na reunião, eles continuaram com a greve. Talvez, os líderes do movimento não tenham tido sabedoria de passar aos outros o que foi acertado”, disse o governador, em coletiva na noite de ontem.

A PM havia pedido prioridade na avaliação de quatro das 18 exigências feitas desde 25 de abril, dia da primeira manifestação, já que o governo alegou falta de tempo para considerar todas: reestruturação do Hospital da Polícia Militar, plano de cargos e carreira, reajuste de 50% nos vencimentos de oficiais e 30% nos de praças e aumento do vale-refeição de R\$ 150 para R\$ 500.

Parlamentares se encontraram com Lyra e os representantes da Casa Civil, Militar e Secretaria de Administração, na Secretaria de Planejamento, localizada na Rua da Aurora, para chegar a um acordo durante à tarde. A resolução foi apresentada aos grevistas na Assembleia Legislativa de Pernambuco (Alepe). Em seguida, a comissão à frente da greve explicou tudo aos cerca de mil grevistas concentrados, no início da noite, na Praça da República, e apresentou proposta para encerrar a greve. Mas a tropa não concordou e a greve foi prorrogada.

Embora o governo tenha garantido as melhorias no hospital e as promoções atrasadas, não houve acordo em relação ao reajuste dos salários. A justificativa, de acordo com Lyra, é que não existe a possibilidade de reajustar salários em ano eleitoral, além dos percentuais pedidos pela PM não serem condizentes com a Lei de Responsabilidade Fiscal.

Joel Maurino, um dos líderes do movimento grevista, disse que os PMs não vão ceder e retornarão, na manhã de hoje, às imediações do palácio. “A tropa sabe que, em outros Estados, mesmo em ano eleitoral, a PM conseguiu aumento salarial. Continuaremos acampados aqui até o governador acatar nossos pedidos”, afirmou.

Enquanto a Polícia Militar permanecer parada – durante todo o dia de ontem, viaturas ficaram recolhidas nos batalhões –, a Força Nacional deve fazer a segurança no Estado. O efetivo não foi informado, mas, segundo Lyra, é suficiente para manter a ordem e a tranquilidade da população. O governo publicou uma nota oficial nos jornais explicando os acordos feitos com a categoria e a evolução da remuneração da PM desde 2007.

Assunto: Crise em associação criou novos líderes

Veículo: Jornal do Commercio

Página: 4

Data: 15/05/2014

Editoria: CIDADES

Seção:

jornal do  commercio

Crise em associação criou novos líderes

GREVE DA PM Movimento da base da corporação surgiu em meio à intervenção na Associação de Cabos e Soldados, cuja eleição, mediada pelo comando, ocorre no dia 30

A greve da Polícia Militar de Pernambuco ocorre em meio a uma crise dentro da Associação de Cabos e Soldados de Pernambuco (ACS-PE), entidade que esteve no nascedouro da luta sindical da categoria, quase duas décadas atrás. A ACS-PE está atualmente sem direção, devido a acusações de improbidade administrativa contra a última gestão, que acabou afastada. A gerência da instituição, hoje, está sob o cuidado de sete interventores nomeados após determinação da Justiça. Eles permanecerão até que a normalidade seja restabelecida.

A situação já se arrasta há mais de seis meses, mas está perto de um fim. Uma comissão independente de processo eleitoral já foi constituída. A eleição para comandar a ACS-PE está marcada para o próximo dia 30, ou seja, daqui a duas semanas. Os interventores que controlam o local foram designados pelo Comando Geral da PM. Eles também estão responsáveis por organizar a votação que definirá os rumos da associação. A entidade funciona normalmente.

O movimento grevista atual, embora não seja encabeçado por nenhuma associação em específico, tem como líderes sócios da ACS-PE. O soldado Joel Maurino - lotado no 18º Batalhão da Polícia Militar, um dos organizadores da paralisação e voz forte entre os homens da base da corporação - não descartou a possibilidade de se candidatar à presidência da ACS-PE. Ele admitiu que estar à frente da greve faz com que seu no-



Hélio Sreppou/JC Imagem



Sérgio Bermendo/JC Imagem

SANGUE NOVO Soldado Joel Maurino nega racha na categoria. Tenente-coronel Conceição Antero é exceção

me seja automaticamente cogitado para o cargo vago, mas assegurou, por outro lado, que não está pensando nisso agora.

“É um sentimento natural. A eleição faz parte de um processo democrático. Se a tropa pedir, não vou me furtar a esse desafio. Estou pronto. Mas isso não é algo que estou pensando agora. Não é o momento. Nosso foco agora é a paralisação. Não queremos discutir agora a questão da associação”, ponderou Joel.

Informações extraoficiais também deram conta de que a paralisação poderia ser fruto de uma divisão interna na corporação. Joel não negou que haja diferentes forças dentro da PM. Garantiu, no entanto, que a classe policial está em sua maioria unida na busca por melhorias. “Toda categoria tem suas ramificações. Não há mal nenhum nisso, é algo que acontece. O que posso dizer é que os grupos estão unidos neste momento por uma causa maior”, enfatizou. De acordo com integrantes do movimento, a adesão gira em torno de 70% a 80%.

Outra voz firme dos grevistas, a tenente-coronel Conceição Antero reconheceu - motivações à parte - que é mais difícil encontrar oficiais aderindo a piquetes.

“Estou aqui e faço questão de dizer. O movimento começou na base e, para o oficial aderir, tem que ter coragem, porque a pressão é grande e ele goza de uma situação mais confortável. Já comandei oito unidades da PM e sei que tenho respaldo com eles. Minha presença fortalece o movimento”, frisou Conceição.

Assunto: Ilegal, veto da FPF é alvo de críticas	
Veículo: Jornal do Commercio	
Página: 3	Data: 15/05/2014
Editoria: ESPORTES	Seção:

jornal do  commercio

Ilegal, veto da FPF é alvo de críticas

POLÊMICA Federação emite ato administrativo que impede quem não é baiano ou sócio do Bahia de assistir ao jogo na área dos visitantes

Alexandre Arditti, Henrique Queiroz e Leonardo Vasconcelos

esportes@jc.com.br

A Comissão de Defesa do Consumidor da Ordem dos Advogados de Pernambuco (OAB-PE) condenou a restrição imposta pela Federação Pernambucana de Futebol (FPF) para a compra de ingressos ao setor destinado aos torcedores do Bahia para a partida de domingo, contra o Sport, na Ilha do Retiro, pela quinta rodada da Série A do Brasileiro. Segundo o ato administrativo 14/14 da FPF, publicado ontem, só poderão entrar na área destinada à torcida visitante baianos de nascimento ou sócios do Tricolor de Aço. Eles terão que provar ao menos um dos pré-requisitos na hora de efetuar a compra das entradas nas bilheteiras do estádio. Os ingressos começam a ser vendidos amanhã.

“É uma decisão incoerente e discriminatória, que viola o princípio constitucional da isonomia, da igualdade entre as pessoas, e também fere o Estatuto do Torcedor. Não precisa ser baiano ou sócio do clube para ser torcedor do Bahia. Além disso, qualquer cidadão, independentemente de onde nasceu, tem o direito de comprar o seu ingresso e escolher o setor do estádio que pretende ficar”, afirmou o presidente da Comissão de Defesa do



Edmar Melo/JC Imagem

MEDIDA Em vez de proibir só as organizadas do Bahia, Evandro vetou ainda torcedor comum

Consumidor da OAB-PE, Vinícius Calado. “Os torcedores que se sentirem lesados por esse ato administrativo devem procurar o Juizado do Torcedor e solicitar uma liminar que lhes permita adquirir o bilhete destinado aos visitantes”, completou.

A restrição à compra de ingressos por parte dos torcedores do Bahia foi anunciada na manhã de ontem, em um ato administrativo do presidente da FPF, Evandro Carvalho, que também proibiu a entrada no estádio das organizadas do clube. “Essa decisão de restringir a compra a baianos ou sócios do Bahia é para que integran-

tes de organizadas de Pernambuco não se infiltrem na torcida visitante. Trata-se de uma medida preventiva por conta da violência”, defendeu-se Evandro. “Uma pessoa de outro Estado que queira assistir à partida vai ter que ficar na área destinada ao Sport. É até melhor: tem mais espaço, mais banheiros e bares à disposição, e o preço é o mesmo.”

Com essa decisão, Evandro espera evitar, basicamente, que integrantes da organizada Inferno Coral, do Santa Cruz, entrem na Ilha infiltrados entre os membros da torcida Bamor, do clube baiano. As duas uniformizadas são coligadas. Essa re-

lação vem sendo motivo de preocupação na PM pernambucana por causa do acirramento da facção coral com a Jovem do Sport, desde o último dia 2, quando o rubro-negro Paulo Ricardo Gomes da Silva, de 26 anos, morreu ao ser atingido por um vaso sanitário arremessado do corredor de acesso ao anel superior do Arruda por três membros da Inferno, após o fim da partida entre Santa Cruz e Paraná, pela Série B. Na ocasião, os integrantes da Jovem do Sport turbinavam o esquadrão da associada Fúria Independente, do clube paranaense. Alguns membros da Jovem querem vingança. (A.A.)

Assunto: Pedida anulação da reconstituição	
Veículo: Jornal do Commercio	
Página: 3	Data: 15/05/2014
Editoria: ESPORTES	Seção:

Pedida anulação da reconstituição

O pedido de anulação da reconstituição do assassinato de Paulo Ricardo Gomes da Silva, realizada na última segunda-feira, foi protocolado no início da tarde de ontem na 2ª Vara do Juri da Capital. O autor da ação foi o advogado Carlos Alberto Lima, que representa o suspeito Luiz Cabral de Araújo Neto, alegando que ele não queria participar da simulação e teria sido coagido pela polícia a colaborar.

“Estou confiante que vamos conseguir a nulidade da reconstituição. Tendo em vista a forma como foi feita seria uma injustiça o juiz não decidir descartá-la. Tenho várias testemunhas para provar que Luiz disse que não queria participar, ele falou isso inclusive na pre-

sença da delegada Gleide Angelo que está à frente do inquérito”, garantiu.

Já o advogado Jurandir Alves, que defende Waldir Pessoa Firmo Júnior, único suspeito a não ter participado da reconstituição, informou que vai aguardar a finalização do inquérito. “Nenhum acusado é obrigado a produzir provas contra si mesmo, quem tem que produzir provas é a polícia. Então vamos esperar para traçar a defesa”, disse.

O advogado de Everton Felipe Santiago de Santana, Adelson José da Silva, informou que a reprodução provou que seu cliente apenas arrancou a privada e espera que isso seja levado em conta. **(L.V.)**

Assunto: Segurança	
Veículo: Jornal do Commercio	
Página: 2	Data: 14/05/2014
Editoria: ESPORTES	Seção: PLANETA BOLA

jornal do commercio

Segurança

Da mesma forma que a Justiça da Paraíba proibiu a entrada da Torcida Jovem na partida do Botafogo-PB contra o Sport, a Justiça de Pernambuco poderia fazer o mesmo com os clubes de fora. Atenderia pedido da PM e o apelo da população.

Assunto: Anulação será pedida hoje	
Veículo: Jornal do Commercio	
Página: 3	Data: 14/05/2014
Editoria: ESPORTES	Seção:

Anulação será pedida hoje

O advogado Carlos Alberto Lima, que representa Luiz Cabral de Araújo Neto, um dos suspeitos de ter arremessado um dos vasos sanitários que matou Paulo Ricardo Gomes da Silva, no Arruda, no último dia 2, informou que vai ingressar, hoje, na 2ª Vara do Júri da Capital, com um pedido de anulação da reconstituição do crime realizada na noite de anteontem, assim como antecipou o **JC** na edição de ontem. A alegação é de que o seu cliente foi coagido pela polícia a participar da simulação, contra a vontade dele.

Carlos Alberto conversou com o seu representado, ontem pela manhã, no Cotel, e disse que o integrante da Infer-

no Coral confirmou que foi “forçado” a ir ao Arruda. “Ele me contou que chegaram quatro agentes com armas em punho mandando que ele e Everton saíssem da cela e entrassem na viatura. Chegando ao estádio, assim que desceram já foram recebendo ordens dos peritos criminais. Luiz se sentiu constrangido porque não queria ir, mas em nenhum momento isso foi levado em conta, o que é uma ilegalidade”, disse.

Por causa dessa ação, o advogado vai solicitar a nulidade da reconstituição. “Minha decisão como advogado foi desrespeitada. Os delegados quiseram resolver de qualquer jeito, queriam mostrar serviço para a população e dizer

que solucionaram o caso. Tiveram tanta pressa que retiraram os suspeitos do Cotel por volta do meio-dia sem eles terem almoçado e os deixaram sem comer até já perto de meia-noite (após a reconstituição)”, afirmou.

O advogado Jurandir Alves, que representa o suspeito Waldir Pessoa Firmo Júnior, informou que formalizou a não-participação do seu cliente por meio de uma petição entregue pessoalmente à delegada Gleide Angelo, que está a frente do inquérito. A equipe do **JC** procurou a assessoria de comunicação da polícia civil que informou que a delegada só iria se pronunciar sobre o caso quando o inquérito for finalizado.

Assunto: Des. Alberto Virgínio vai comandar o TER-PE	
Veículo: Diário de Pernambuco	
Página: B4	Data: 15/05/2014
Editoria: POLÍTICA	Seção:

DIÁRIO de PERNAMBUCO

ELEIÇÕES

Alberto Virgínio vai comandar o TRE-PE

O Pleno do Tribunal de Justiça do Estado (TJPE) escolheu ontem o desembargador Alberto Virgínio para comandar o Tribunal Regional Eleitoral (TRE-PE) no próximo biênio na vacância do desembargador José Fernandes Lemos. Alberto Virgínio obteve 25 votos contra 19 do desembargador Jones Figueirêdo.

O Pleno do TJPE também elegeu a lista tríplice com nomes do Ministério Público de Pernambuco (MPPE) para ocupar o cargo de desembargador do Judiciário estadual pelo Quinto Constitucional. A

corregedora-geral Daisy Maria de Andrade Costa Pereira e o procurador Fernando Antônio Carvalho Ribeiro tiveram 27 votos dos 46 possíveis. A procuradora Severina Lúcia de Assis empatou num primeiro momento com a procuradora Sueli Gonçalves de Almeida, quando obtiveram 28 e 15, respectivamente. Também concorreram Zulene Santana de Lima Norberto e José Lopes de Oliveira Filho. A vaga foi aberta depois da aposentadoria da desembargadora Alderita Ramos, no último mês de março. A lista



TJPE/DIVULGAÇÃO

Daisy, Fernando Ribeiro e Severina formam a lista tríplice

tríplice foi enviada ao governador João Lyra Neto (PSB), que pode nomear ainda hoje o novo membro do Tribunal.

Daisy Pereira é atualmente corregedora-geral substituta; Fernando Ribeiro foi nomea-

do, em 2013, 12º procurador de Justiça Cível; e Severina de Assis tornou-se em fevereiro deste ano a 12ª procuradora de Justiça Criminal, tendo sido até novembro de 2013 chefe de gabinete.

Assunto: Greve da Polícia Militar – julgamento do pedido de ilegalidade	
Veículo: Diário de Pernambuco	
Página: A4	Data: 15/05/2014
Editoria: LOCAL	Seção:

DIÁRIO de PERNAMBUCO

PMs preparam novo protesto

Enquanto o Tribunal de Justiça julga o pedido de ilegalidade da greve, os policiais militares garantem que vão continuar de braços cruzados. Na manhã de hoje eles prometem realizar uma passeata pela Avenida Conde da Boa Vista. Às 10h, seguirão para o Palácio do Campo das Princesas, onde ficarão acampados ao longo do dia, pressionando por uma nova negociação com o

governo do estado.

No próximo mês, a categoria receberá reajuste de 14,55%. O incremento foi acertado em 2011. Para se ter uma ideia, um coronel da PM que em 2007 recebia R\$ 5.340,04, em junho deste ano passará a receber R\$ 15.976,08. Cerca de três vezes mais. Os policiais militares afirmaram que só voltarão a negociar se houve garantia do aumento solicitado por eles

para janeiro de 2015.

O novo aumento não é o único ponto de divergência. A categoria pede aumento do vale-alimentação, que hoje é de R\$ 154, para R\$ 500. Mas o governo afirmou que não poderia negociar esse item porque esbarra na lei eleitoral. Quanto ao plano de cargos e carreiras, os deputados prometeram a aprovação de projeto de lei para solução do problema até

30 de julho. Nesse ponto da votação, não houve unanimidade entre os PMs.

Enquanto a maior parte dos policiais militares e bombeiros passaram o dia de ontem nos quartéis, uma parcela ficou em frente ao Palácio, protestando e aguardando por novidades em relação às negociações. Não houve confronto nem ameaças de invasão à sede do governo.

Assunto: Homenagem a personalidades – des. Alderita Ramos	
Veículo: Diário de Pernambuco	
Página: B4	Data: 15/05/2014
Editoria: POLÍTICA	Seção:

DIÁRIO de PERNAMBUCO

JUDICIÁRIO

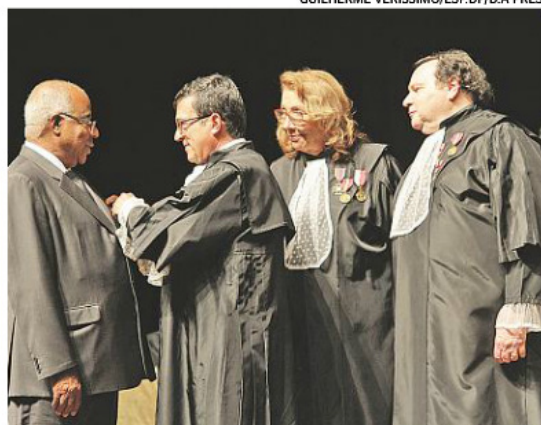
Homenagem a personalidades

Com o objetivo de marcar o 13 de maio, data da abolição da escravatura no Brasil, o Tribunal Regional do Trabalho da 6ª Região (TRT 6ª da Região) homenageou, ontem, personalidades que contribuíram para o aperfeiçoamento da Justiça do Trabalho. Juízes, desembargadores, professores, advogados, militares e políticos receberam a Medalha Conselheiro João Alfredo Corrêa de Oliveira.

Quatro instituições também foram contempladas: Associação Comunidade Católica Kirós; Centro de Referência em Saúde do Trabalhador;

Associação dos Aposentados e Pensionistas da Justiça do Trabalho e o Bloco da Saudade. O médico Waldir Cavalcanti também foi homenageado in memoriam. Seu filho, Waldir Cavalcanti Filho, recebeu a medalha.

Entre os homenageados, estiveram a desembargadora do Tribunal de Justiça de Pernambuco (TJPE) Alderita Ramos de Oliveira; os ministros do Tribunal Superior do Trabalho (TST) Alexandre de Souza Agra Belmonte e Luiz Philippe Vieira de Mello Filho; o cantor e compositor Getúlio Cavalcanti; e o delegado da



GUILHERME VERISSIMO/ESP.DP/D.A PRESS

Condecoração foi concedida pelo Tribunal Regional do Trabalho da 6ª Região

policia federal Servilho Paiva.

Presidente do TRT da 6ª Região, Ivanildo da Cunha Andrade, ressaltou a importância da interlocução entre a sociedade e as instituições. “A concessão dessa medalha afirma o TRT como órgão participativo da sociedade”, comentou Andrade.

Assunto: Des. Mauro Alencar e esposa em evento	
Veículo: Diário de Pernambuco	
Página: D3	Data: 15/05/2014
Editoria: VIVER	Seção: João Alberto

DIÁRIO de PERNAMBUCO



Mauro e Cláudia Alencar, nomes prestigiados no mundo jurídico, marcam presença em festa em Aldeia

Assunto: Eleição – desembargador Jones Figueiredo	
Veículo: Folha de Pernambuco	
Página: 2	Data: 15/05/2014
Editoria: ÚLTIMAS NOTÍCIAS	Seção: Fogo Cruzado



■ ELEIÇÃO - O desembargador Jones Figueiredo vai substituir o colega José Fernandes no TRE-PE, mas, pela tradição, o próximo presidente da Corte será o desembargador Fausto Campos.

Assunto: Eleição – desembargador Jones Figueiredo	
Veículo: Folha de Pernambuco	
Página: 6	Data: 15/05/2014
Editoria: POLÍTICA	Seção: Folha Política



■ ELEIÇÃO - O desembargador Alberto Virgínio foi eleito, ontem, pelo TJPE para compor a corte do TRE-PE na vaga de José Fernandes Lemos.

Assunto: Virgínio no TRE	
Veículo: Folha de Pernambuco	
Página: 2	Data: 15/05/2014
Editoria: PROGRAMA	Seção: PERSONA



VIRGÍNIO NO TRE

O desembargador Alberto Nogueira Virgínio foi eleito, ontem, para compor o TRE-PE, na vaga de José Fernandes Lemos, que deixa o tribunal no dia 15 de junho. Embora Jones Figueirêdo fosse bastante cotado, Virgínio venceu por 25 contra 19, em votação no TJPE.

Assunto: Lista tríplice	
Veículo: Folha de Pernambuco	
Página: 2	Data: 15/05/2014
Editoria: PROGRAMA	Seção: PERSONA



LISTA TRÍPLICE

O Tribunal de Justiça também definiu a lista tríplice para a vaga aberta com a aposentadoria da desembargadora Alderita Ramos. Foram encaminhados ao governador João Lyra os seguintes nomes: Fernando Pessoa, Dayse Andrade e Severina Lúcia. Até o fechamento desta edição, ainda não havia o escolhido.

Assunto: Sem Bamor não tem Inferno lá na Ilha	
Veículo: Folha de Pernambuco	
Página: 2	Data: 15/05/2014
Editoria: ESPORTES	Seção: FOLHA ESPORTIVA



Sem Bamor não tem Inferno lá na Ilha

O fato absurdo ocorrido no Arruda, quando uma privada atirada por integrantes da Inferno Coral, do Santa Cruz, causou a morte de um torcedor da Torcida Jovem, do Sport - que "recepionava" integrantes de uma uniformizada do Paraná, dia 2 de maio - provocou uma mais do que justificada "onda de reações por parte das autoridades". O presidente do Tribunal de Justiça do Estado (TJPE), Frederico Neves, ressaltou a importância de o assunto ser tratado com todo o rigor possível. Integrantes do Ministério Público, do Superior Tribunal de Justiça Desportiva (STJD) também se manifestaram e, ontem, a Federação Pernambucana de Futebol (FPF) proibiu a entrada da uniformizada Bamor, do Bahia, adversário do Sport na Série A, domingo, às 16h, na Ilha do Retiro. Segundo a mentora, a medida é preventiva por causa da ligação da facção baiana com a própria Inferno Coral. Essa ligação é comum no País como uma forma de "proteção" de integrantes de organizadas que visitam outros estados. Com mais gente junta, a possibilidade de cometer crimes também sempre aumenta. Portanto, qualquer medida é válida neste sentido!

MEDIDA da FPF de proibir a entrada da Bamor na Ilha, domingo, é mais do que justa

Assunto: Mulher na Corte	
Veículo: Folha de Pernambuco	
Página: 2	Data: 14/05/2014
Editoria: PROGRAMA	Seção: PERSONA



MULHER NA CORTE

Estão fortes na disputa para se tornar desembargador no lugar de Alderita Ramos: Dayse Andrade, Sueli Gonçalves, Zulene Norberto e Fernando Pessoa. A eleição será hoje, às 17h, no TJPE. Os membros do tribunal escolhem três nomes e o governador João Lyra nomeia um. Tudo indica que uma mulher deve levar a melhor, já que o TJ está sem representante feminina desde a aposentadoria de Alderita.

Assunto: Processo disciplinar contra vereador de Caruaru é suspenso	
Veículo: JC Online	Data: 15/05/2014
Editoria:	Seção:

jornal do commercio

Processo disciplinar contra vereador de Caruaru é suspenso

Juiz José Fernando entendeu que o relator do caso, o vereador Marcelo Gomes, está impossibilitado de analisar o processo

A defesa dos vereadores de Caruaru envolvidos na Operação Ponto Final conseguiu suspender a tramitação do processo disciplinar aberto na Comissão de Ética da Câmara municipal contra o vereador Jajá (sem partido). O juiz da 1ª Vara da Fazenda, José Fernando, aceitou a liminar da medida cautelar impetrada na Justiça.

O principal argumento é que o vereador relator do processo, Marcelo Gomes (PSB), é o mesmo que apresentou a denúncia na Comissão de Ética da Câmara de Caruaru. Por esse motivo, ele estaria impossibilitado de relatar o caso de Jajá, por ser parte interessada na punição. Outros nove processos disciplinares, que podem resultar na cassação dos investigados, estão tramitando na Casa legislativa.

Com base nessa medida liminar, que ainda terá o mérito julgado pela Justiça, a defesa dos vereadores pretende pedir a suspensão dos demais processos disciplinares. Os parlamentares estão sendo investigados por possível envolvimento em caso de extorsão. Eles já foram presos no final do ano passado e são acusados de corrupção passiva, concussão e organização criminosa. A Polícia Civil acusa os vereadores de cobrarem até R\$ 2 milhões da Prefeitura de Caruaru para aprovar projetos de interesse do Executivo.

Assunto: Com greve da PM, população em Pernambuco vive clima de guerra	
Veículo: NE10	Data: 15/05/2014
Editoria:	Seção:



Com greve da PM, população em Pernambuco vive clima de guerra

A situação está tensa em Pernambuco. O clima de insegurança começou com ondas de boatos nas redes sociais e se concretizou com cenas de vandalismo e saques em vários supermercados. No terceiro dia da greve da Polícia Militar e bombeiros no Estado, lojas, escolas e instituições públicas fecharam as portas. Empresas estão largando seus funcionários mais cedo. Os carros da Força Nacional de Segurança do Exército estão nas ruas na ação intitulada "Operação Pernambuco". Os veículos deixaram o quartel do Curado, na BR-232, em Jaboatão dos Guararapes, por volta das 10h30 desta quinta-feira (15). Os agentes foram designados para atuar em todo o Estado com foco na Região Metropolitana do Recife, onde há maior tensão. O ministro da Justiça José Eduardo Cardozo (PT) deve se reunir com o governador João Lyra Neto (PSB) ainda nesta quinta-feira (15).

Os manifestantes já receberam o comunicado do Tribunal de Justiça de Pernambuco (TJPE) sobre a ilegalidade da greve, iniciada desde a última terça-feira (13). De acordo com a diretoria de comunicação da Associação dos Praças de Pernambuco (Aspra-PE), ainda hoje haverá uma reunião para ser decidido os rumos da paralisação. "O aquartelamento continua", garante o subtenente e diretor de comunicação da Aspra, Ricardo Lima.

Além de afirmar que mais de 80% dos policiais militares aderiram à paralisação, o soldado Joel Maurino, líder do movimento, afirmou que a categoria ainda aguarda uma resposta do Governo em relação ao reajuste salarial. Eles pedem um aumento no subsídio de 50% para patentes de soldados e sub-tenentes e de 30% para oficiais. A remuneração de um soldado hoje é de R\$ 1.900, mais gratificação de risco de morte no valor de R\$ 500. Um coronel (maior patente) recebe cerca de R\$ 10.500, mais gratificação no valor de R\$ 3.700. Ou seja, a soma do salário com benefício dos soldados é menor do que o valor da gratificação de um coronel. Como a greve foi considerada ilegal, o secretário da Casa Civil, Luciano Vasquez, ressaltou: "O Governo do Estado não terá nenhum canal de negociação com os policiais militares."

SAQUES E VANDALISMO - Nessa quarta-feira (14), o município de Abreu e Lima viveu momentos de caos: um protesto terminou em interdição da BR-101, ônibus queimado e saques a caminhões e lojas. Cenário de terra arrasada. Após o clima de guerra, a prefeitura da cidade, temendo novos roubos no município, decretou ponto facultativo para todos os trabalhadores. Moradores da cidade estão com medo de roubos também a residências. Novos saques foram feitos na manhã desta quinta (15). Sem se intimidar, vândalos invadiram dois supermercados de Caetés III e roubaram vários produtos. Os saques são feitos por homens, mulheres, crianças e idosos. A situação está de um jeito que a população que realiza os saques, ao ver a reportagem do Jornal do Commercio, passou a jogar produtos como frutas e verduras na equipe.

A Polícia Rodoviária Federal (PRF) foi acionada, mas com o efetivo pequeno, não teve como conter os roubos. Mesmo assim, quatro pessoas - sendo dois homens e duas mulheres - foram presas e autuadas em flagrante por furto qualificado e tipificação penal de saque, sendo levados para o Centro de Triagem (Cotel), em Abreu e Lima, Colônia Penal Feminina, também de Abreu e Lima. Todas as lojas do centro comercial estão fechadas.

No bairro de Cavaleiro, em Jaboatão dos Guararapes, também RMR, os comerciantes foram surpreendidos com pelo menos dois arrastões na manhã desta quinta-feira. No primeiro, por volta das 10h, um grupo com cerca de cinco pessoas foi visto correndo pelas ruas do bairro carregando eletro eletrônicos. Além disso, outras pessoas promoveram algazarras, assustando a população. Já por volta do meio-dia um novo arrastão foi resgistrado pela Delegacia de Polícia Civil da cidade. Os comerciantes informaram que vão permancer com as portas fechadas.

No bairro do Arruda, Zona Norte do Recife, uma equipe de reportagem do Portal NE10 foi alvo de vândalos. Os vidros do carro foram atingidos por uma pedra jogada por um grupo que saqueava um caminhão de água mineral, na tarde de hoje. Crianças foram flagradas saqueando um caminhão de água mineral.

Um homem foi baleado em plena Avenida Domingos Ferreira, altura do Pina, Zona Sul do Recife, na tarde de hoje. A vítima correu em direção à Favela do Bode, uma das mais perigosas da capital, e, já sem vida, teve o corpo levado por moradores da localidade de volta para a avenida.

Na Avenida Agamenon Magalhães, princial corredor viário do Recife, um caminhão da Ambev carregado de cerveja foi saqueado. O motorista do veículo foi atingido por uma pedra e levado em estado grave para um hospital particular. De acordo com informações de funcionários da empresa, foram várias tentativas de assalto por onde o caminhão passava. Ao chegar na Agamenon, ele foi atingido por um pedra e um grupo saqueou a carga.

ESCOLAS, UNIVERSIDADES E COMÉRCIO FECHADOS - Escolas particulares e universidades cancelaram o expediente nesta quinta-feira. A Universidade Federal de Pernambuco (UFPE), Universidade Federal Rural de Pernambuco (UFRPE) e o Instituto de Federação de Educação de Pernambuco (IFPE) suspenderam todas as aulas do turno noturno enquanto durar a paralisação dos policiais militares. A medida é preventiva e busca garantir a segurança de alunos e professores.

Todos os centros de compras do Grande Recife encerraram as atividades mais cedo.

Assunto: Após três dias de terror, greve chega ao fim com benefícios assegurados para a categoria	
Veículo: diariodepernambuco.com.br	Data: 15/05/2014
Editoria:	Seção:

DIÁRIO de PERNAMBUCO .com.br

Após três dias de terror, greve chega ao fim com benefícios assegurados para a categoria



Os policiais militares e bombeiros do estado encerraram a greve após 50 horas de terror pelas ruas da Região Metropolitana do Recife. No período, assaltos em série contra lojas, motoristas, transeuntes e prisões dividiram espaço com boatos sobre linchamento e até estupro dentro de universidades. A categoria só resolveu voltar às atividades com o compromisso do governo de atender a pauta de reivindicações. Um grupo pequeno ainda ficou insatisfeito com a decisão, tendo em vista que o aumento desejado - 50% para soldados e 30% para oficiais - não pode ser concedido por se tratar de ano eleitoral.

"Existem vários ganhos para a categoria e não vemos mais razão para continuar a greve. O Recife parou. Ficou igual a feriado. Cidade deserta. Comércio fechando as portas mais cedo. Além disso, conseguimos parte do que queríamos e vamos continuar lutando pelo restante", explicou o soldado Joel Maurício, um dos líderes do movimento. A categoria resolveu retomar o trabalho depois de uma negociação com os deputados estaduais Daniel Coelho, Terezinha Nunes, Adalberto Feitosa, Sérgio Leite e Odacy Amorim, na Assembleia Legislativa de Pernambuco. No encontro, foram anunciados os benefícios oferecidos pelo Governo de Pernambuco para o fim da greve. O Tribunal de Justiça de Pernambuco também considerou a paralisação ilegal e seria cobrada uma multa de R\$ 100 mil por dia caso a categoria não retomasse as atividades.

A cada cinco anos, os praças deverão ser promovidos como parte integrante do Plano de Cargos e Carreira. O Comando Geral da Polícia Militar também designou a revisão no Código Disciplinar. A medida pode acabar com as detenções por comportamento dos militares.

Sobre a melhoria na infraestrutura do Hospital da Polícia Militar, foi anunciada reforma na unidade e ampliação da rede de atendimentos com a construção de centros médicos no interior. Sobre o reajuste salarial, o aumento de 14,55%, que já estava garantido por negociação anterior, a ser recebido em junho, foi mantido. O risco de vida, que é creditado como gratificação, deverá ser incorporado ao soldo, o que levará o benefício também para os inativos.

A comissão de representantes da Polícia Militar ainda ressaltou que, na primeira semana do próximo ano, a categoria voltará às ruas para cobrar o aumento de 50% para soldados e 30% para oficiais.

Assunto: Alívio nas ruas com o fim da greve	
Veículo: diariodepernambuco.com.br	Data: 15/05/2014
Editoria:	Seção:

DIARIO de PERNAMBUCO .com.br

Alívio nas ruas com o fim da greve

Após 48 horas de medo e violência nas ruas, os policiais militares e bombeiros de Pernambuco decidiram interromper a greve deflagrada por melhores salários e condições de trabalho. Na noite de ontem, após a terceira rodada de negociações intermediada por uma comissão de deputados da Assembleia Legislativa do estado, o grupo que liderou a mobilização anunciou aos policiais as propostas do governo e ponderou que a população não poderia mais continuar sem segurança nas ruas.

Horas após o anúncio do fim da greve, o Diário percorreu alguns bairros do Recife, como Derby, Boa Viagem, Torre e Várzea. Viaturas da PM já eram vistas em rondas pelas principais ruas. O clima continuava tenso e saques foram registrados mesmo depois de anunciado o fim da greve.

O governo do estado informou que a Força Nacional de Segurança e o Exército continuarão oferecendo segurança à população até que o retorno ao trabalho dos policiais esteja consolidado.

Apesar de a decisão pelo fim da greve não ter ocorrido com a votação direta da categoria, como havia acontecido na quarta-feira, a maior parte do grupo saiu demonstrando satisfação. “Algumas vezes é preciso dar um passo para trás para no futuro dar dois para frente. Tivemos ganhos”, afirmou o soldado Joel Maurino, um dos líderes do movimento. Um grupo menor, mais exaltado, não concordou com o fim da greve e, aos gritos, chamou as lideranças do movimento de covardes.

Entre as propostas apresentadas pelo governo está a criação da lei de planos de cargos e carreiras. “A cada cinco anos, haverá promoção para os praças. Uma comissão na Assembleia começará a avaliar as promoções na próxima segunda-feira”, garantiu Joel Maurino. A discussão do aumento salarial para os praças e os oficiais ficou para janeiro de 2015. No próximo mês, eles receberão reajuste de 14,55%, já previsto desde 2011. “Na primeira semana voltaremos às ruas para cobrar. Por enquanto, por conta do ano eleitoral, não podemos ter a certeza do aumento”, completou Maurino.

O recuo na reivindicação salarial provocou divisão entre os policiais presentes. Mas a multa de R\$ 100 mil por dia arbitrada pela Justiça, que julgou ilegal a greve, também pesou na decisão pelo fim da paralisação. A comissão destacou a necessidade da volta imediata da PM às ruas para tranquilizar a sociedade e garantir a ordem. Nas últimas 48 horas, 234 pessoas foram detidas e 102 autuadas em flagrante por crimes como furtos, roubo e danos ao patrimônio. Somente ontem, até as 18h, 14 assassinatos já haviam sido registrados pelo IML.

Os saques ao comércio dos municípios da Região Metropolitana do Recife foram somados à desordem. Em Abreu e Lima, mais de 100. No Paulista, 60. Arrastões e assaltos também foram registrados ao longo dos dias de greve. Ontem, instituições de ensino não abriram as portas. Estabelecimentos fecharam as portas mais cedo, alguns sequer abriram. “Hoje (ontem) virou feriado no estado”, resumiu um dos líderes do movimento.

Pauta da PM

- Plano de cargos e carreiras
- Reestruturação do Hospital da PM
- Reajuste salarial de 30% aos oficiais e 50% para os praças
- Aumento no valor do vale-refeição de R\$ 154 para R\$ 500

As promessas do Governo

- Plano de cargos e carreiras (Assembleia Legislativa irá votar até 30 de julho a lei)
- Reestruturação do Hospital da PM e interiorização
- Valor do risco de vida (R\$ 500) incorporado ao soldo (salário base) da categoria
- Revisão do código disciplinar da PM

Assunto: Lyra consulta autoridades para resolver impasse da greve da PM	
Veículo: diariodepernambuco.com.br	Data: 15/05/2014
Editoria:	Seção:

DIÁRIO de PERNAMBUCO .com.br

Lyra consulta autoridades para resolver impasse da greve da PM

Governador de Pernambuco chegou a pedir conselhos a governadores do Nordeste, à presidente Dilma Rousseff e ao ex-governador e presidenciável Eduardo Campos

Até chegar a decisão que a melhor solução para conter a insegurança no estado seria recorrer às tropas federais, o governador João Lyra Neto (PSB) conversou com muita gente. Foram várias consultas feitas por telefone a autoridades, e desabafos, a exemplo das palavras ditas à presidente Dilma Rousseff (PT) no final da tarde da última terça-feira, a quem confessou estar diante de “um impasse”. Disse que foi por isso que pediu ajuda à Força Nacional e ao Exército para suprir a ausência dos policiais militares.

O governador acreditava que estava perto de um desfecho quando foram apresentadas, na última terça-feira, propostas para três dos quatro itens da pauta de reivindicações. Mas os grevistas não aceitaram a justificativa de que o governo não poderia conceder os reajustes (30% no salário do oficiais e 50% para os praças) e do vale-alimentação (de R\$ 154,00 para R\$ 500,00) em razão dos limites impostos pela lei eleitoral.

Enquanto duraram as negociações que, segundo informações de bastidores, o governo procurou esgotar em busca de um acordo, Lyra se preparou para enfrentar o momento de maior pressão: a insegurança no estado.

Na última terça-feira, o governador deixou o Palácio depois da meia-noite, quando terminou uma reunião com os secretários escalados para acompanhar o passo a passo do movimento. Nas conversas, Lyra contou com o reforço da secretária de Segurança Nacional do Ministério da Justiça, Regina Miki, que se reuniu algumas vezes com o procurador-geral do estado, Thiago Norões, e tratou dos detalhes da chegada das tropas federais. Para adotar a medida, o governador consultou, ainda, o Tribunal de Justiça, o Ministério Público e a Ordem dos Advogados do Brasil (OAB/PE).

A consulta de João Lyra

Com quem o governador conversou antes de pedir a ajuda das tropas federais

Dilma Rousseff (PT) - presidente da República

Falou com a presidente por telefone no final da tarde da última terça-feira. O governador afirmou que estava diante de um impasse e por isso teria solicitado a presença de tropas federais.

José Eduardo Cardozo - ministro da Justiça

João Lyra conversou algumas vezes com o ministro para obter explicações sobre quais os mecanismos que precisava adotar para solicitar tropas federais para reforçar a segurança no estado.

Jaques Wagner (PT) - governador da Bahia

Recentemente, em abril, precisou do reforço de tropas federais para reforçar a segurança no estado devido à greve da PM

Teotônio Vilela Filho (PSDB) - governador de Alagoas

Em dezembro de 2013, o governador alagoano teve que lidar também com uma greve da Polícia Militar e recorreu à Força Nacional

Eduardo Campos (PSB) - pré-candidato à Presidência da República

João Lyra conversou algumas vezes com o ex-governador que sugeriu ações para contribuir com as negociações.

Regina Miki - Secretária Nacional de Segurança Pública do Ministério da Justiça

A secretária chegou ao Recife na última segunda-feira. Participou das reuniões que trataram do movimento e da decisão de solicitar tropas federais.

Secretários estaduais

Luciano Vasquez - Casa Civil

Mário Cavalcanti - Casa Militar

José Neto – Administração

Os três foram convocados por João Lyra para formar a comissão que tratou diretamente do movimento e acompanhou todos os passos dados pelo governador desde a decretação até o fim da greve.

Assunto: Comércio volta a abrir depois de dia de caos durante greve da PM em PE	
Veículo: G1 Pernambuco	Data: 16/05/2014
Editoria:	Seção:



PERNAMBUCO NORDESTE

Comércio volta a abrir depois de dia de caos durante greve da PM em PE

Dia foi de arrumar a casa após saques e vandalismo em vários locais. Greve da PM facilitou a ação dos criminosos.

Com apreensão, o comércio do Recife voltou a abrir na manhã desta sexta feira (16). Em lojas que foram saqueadas na quinta, o dia foi de arrumar a casa e contabilizar os prejuízos. O movimento é considerado pouco abaixo do normal, de acordo com os lojistas. Desde o fim da manhã da quinta, áreas como Encruzilhada, Casa Amarela, além do Centro do Recife, as lojas ficaram fechadas após boatos e arrastões de fato. Em Água Fria, Zona Norte da capital, lojas de eletrodomésticos foram saqueadas pela população, como a Laser e o Magazine Luiza.

Dentro da Laser Eletro, os funcionários, ao invés de oferecerem produtos, estavam com vassouras e panos nas mãos. Televisores, celulares, ventiladores e chapinhas foram os principais alvos dos ladrões. De acordo com Alexandre Lúcio Silva, gerente da loja, a intenção é abrir ainda nesta quinta, dependendo da faxina. "A gente agora espera a auditoria para contabilizar as perdas e ver como vamos repor o estoque", disse.

Na fachada da Magazine Luiza, podiam ser vistas as portas retorcidas. A gerência não quis se pronunciar. Entretanto, os celulares estavam todos arrancados do mostruário. O comerciante Edson Aguiar, gerente de uma loja que vende produtos de cozinha, informou que o comércio do bairro inteiro fechou as 9h. "Nos primeiros boatos, abaixei as portas. E dito e feito, levaram tudo de algumas lojas, principalmente de eletrodoméstico", disse. Para o comerciante, o movimento está bom, mas com um clima de insegurança ainda no ar.



Fim do movimento grevista

A comissão independente de policiais e bombeiros militares decidiu encerrar a greve da Polícia

Militar, na noite da quinta, em assembleia no Centro do Recife. A reunião foi tumultuada e os líderes do movimento chegaram a ser vaiados por quem queria continuar com a paralisação. Três itens foram acordado com o governo: a reestruturação do Hospital da PM, implantação da gratificação por risco de vida no salário-base e a aprovação, até julho, na Assembleia Legislativa de Pernambuco (Alepe), de promoções para os praças.

A categoria, que iniciou o movimento na noite de terça (13), também cobrava aumento de 30% a 50%, dependendo da patente. No entanto, recuou da exigência. Após a paralisação ter sido decretada ilegal pelo Tribunal de Justiça de Pernambuco (TJPE), o secretário da Casa Civil, Luciano Vasquez, afirmou que o canal de diálogo e negociação com os PMs havia sido encerrado.

Saques e depredações

Durante toda a quinta-feira, saques, depredações e outros crimes foram registrados em cidades do Grande Recife e no interior do estado. O comércio fechou as portas em várias localidades e as aulas foram suspensas em universidades e escolas públicas e particulares. O clima de insegurança deixou ruas desertas e o trânsito livre nos principais corredores da capital pernambucana. Empresas suspenderam o expediente mais cedo e liberaram funcionários.

Em Paulista, Região Metropolitana, vândalos arrombaram e furtaram lojas no centro comercial da cidade nesta quinta. Policiais da Companhia de Operações e Sobrevivência em Área de Caatinga (Ciosac) encontraram eletrodomésticos escondidos em telhados e entre as bancas de uma feira e na área do comércio informal do município. Funcionários de uma empresa de segurança privada chegaram a efetuar disparos para o alto para retirar dinheiro de um caixa e levá-lo para um carro-forte.

No Centro do Recife, um boato de arrastão fez parte do comércio fechar as portas. No bairro da Encruzilhada, Zona Norte da cidade, houve um arrastão por volta das 10h. Um grupo formado por cerca de 30 pessoas passou em direção ao Arruda, pela Avenida Beberibe. A agência dos Correios que fica no bairro fechou e clientes ficaram revoltados.

A Prefeitura e a Câmara de Toritama, no Agreste do estado, foram depredadas e tiveram mobiliário queimado. Adolescentes suspeitos de participar dos atos de vandalismo foram apreendidos e levados à Delegacia de Santa Cruz do Capibaribe, na mesma região.

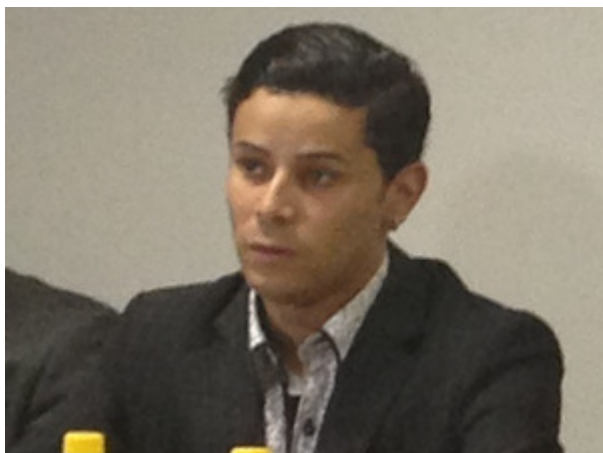
Assunto: Processo administrativo contra o vereador Jajá é suspenso pela Justiça	
Veículo: G1 Pernambuco	Data: 15/05/2014
Editoria:	Seção:



PERNAMBUCO  NORDESTE

Processo administrativo contra o vereador Jajá é suspenso pela Justiça

*Liminar foi expedida pelo juiz José Fernando dos Santos Souza.
Presidente da Câmara de Vereadores disse que ainda não foi notificado.*



A Justiça suspendeu, nesta quinta-feira (15), o processo administrativo da Comissão de Ética e Decoro da Câmara de Vereadores de Caruaru, no Agreste de Pernambuco, contra o vereador Jajá, que está sem partido. A liminar foi expedida pelo juiz José Fernando dos Santos Souza. De acordo com a decisão, o procedimento fica suspenso até o julgamento do mérito do mandado de segurança impetrado pela defesa do parlamentar.

De acordo com o assessor do juiz, Flávio José do Nascimento, a decisão, que foi tomada nesta quinta, suspende o andamento do processo na comissão. Segundo ele, a decisão já está publicada no Tribunal de Justiça de Pernambuco (TJPE) e a Câmara de Vereadores pode recorrer apresentando recurso. O presidente da Casa, vereador Leonardo Chaves (PSD) informou ter conhecimento da decisão, mas que ainda não foi notificado oficialmente. “Vamos esperar a notificação. Teremos que ver os termos que motivaram a liminar e só a partir daí vamos saber o que podemos fazer”, afirma.

Um dos advogados de defesa de Jajá, Márcio Cumaru, afirmou que o mandado de segurança tratava de vícios de ilegalidade e inconstitucionalidade percebidos nos procedimentos realizados pela Comissão de Ética e Decoro. “Diante do que apresentamos, o juiz atendeu nosso pedido de urgência e suspendeu o processo. Ele deve julgar o mérito do nosso mandado, por que ele percebeu que a situação é grave”, explica.

Alegam inocência



A Comissão de Ética e Decoro da Câmara de Vereadores ouviu na segunda-feira (12) o parlamentar Eduardo Cantarelli (SDD), o último dentre os investigados e presos na Operação Ponto Final I. O depoimento durou aproximadamente uma hora e ele afirmou ter esclarecido todas as dúvidas do grupo, que analisa a possibilidade de cassação deste e de outros nove. O próximo passo é a apresentação das alegações finais pelos advogados de defesa. Elas serão entregues ao grupo, que, após esse prazo, deverá finalizar o relatório com o parecer sobre a situação de

Cantarelli e encaminhar à Presidência da Câmara. A medida é a mesma adotada com os demais.

O vereador Evandro Silva (PMDB) foi ouvido na quinta-feira (8) pela Comissão. Ele disse estar tranquilo. “Fiz tudo conforme manda o regimento, e se eu cometi quebra de decoro parlamentar é porque sou um opositor ferrenho e continuarei fazendo”. Já o vereador Jadiel Nascimento (PROS) foi ouvido na quarta-feira (7) e acredita ter convencido a Comissão de que não houve quebra de decoro parlamentar. Gilberto Santos, um dos advogados dele, disse que um momento importante foi quando o parlamentar citou a votação do Projeto de Mobilidade Urbana que inclui o Bus Rapid Transit (BRT). “Ele falou que votou de acordo com as convicções que tinha e não por dinheiro”, comentou.

No dia 2 deste mês, ocorreu o depoimento de Val das Rendeiras (PROS). O parlamentar afirmou que estava tranquilo e que é inocente das acusações apontadas na Operação Ponto Final. A ouvida de Val (DEM) ocorreu em 30 de abril. A defesa dele pediu para que o relator Marcelo Gomes também desse depoimento, o que para os advogados faria valer o recomendado pela Justiça - obter depoimentos do requerido e do requerente. O grupo negou e afirmou que este procedimento seria válido para tribunais e não para a ação na Casa.

O vereador Jajá (sem partido) foi ouvido no dia 29 de abril. Ele acusou o grupo de se guiar por interesses políticos e afirmou que, se ficar na Casa, terá a mesma atuação adotada em 2013. O relator Marcelo Gomes, da Comissão de Ética, rebateu e afirmou que a avaliação dos documentos apresentados pela defesa é feita com respeito aos trâmites legais. Neto (PMN) compareceu no dia 25. Durante a reunião, o vereador disse que estava tranquilo e disposto a ajudar nas investigações.

O vereador Louro do Juá (SDD) foi ouvido no dia 24. Ele respondeu a todas as perguntas e igualmente afirmou inocência. Saulo Amazonas, advogado do parlamentar, falou com a imprensa e disse que não há indícios de que o cliente tenha faltado com o decoro. No dia 23 de abril, ocorreu o depoimento de Cecílio Pedro (PTB), por aproximadamente duas horas. Já o vereador Sivaldo Oliveira (PP) foi o primeiro a prestar depoimento à Comissão, no dia 22 do mesmo mês.

Assunto: Rotina de recifenses começa a voltar ao normal depois de greve da PM	
Veículo: G1 Pernambuco	Data: 15/05/2014
Editoria:	Seção:



PERNAMBUCO  NORDESTE

Rotina de recifenses começa a voltar ao normal depois de greve da PM

Moradores de bairros do Recife saem de casa para lazer e compras. Comerciante diz que movimento, no entanto, é considerado baixo.



Após o anúncio do final da greve da Polícia Militar de Pernambuco, o clima nas ruas do Grande Recife volta a se normalizar na manhã desta sexta-feira (16). A informação de que o policiamento estaria nas ruas fez com que a população tentasse voltar à rotina de trabalho, estudos e lazer.

Nas orlas da Região Metropolitana, muita gente podia ser vista caminhando e fazendo exercícios normalmente. No bairro de Casa Caiada, em Olinda, os frequentadores comentaram que o

movimento estava praticamente normalizado. "Hoje parece que todo mundo se acalmou, depois do caos ontem. Ontem tinha nem 10% dessas pessoas na praia", comentou o aposentado Elias Tavares. Em Boa Viagem, Zona Sul do Recife, a orla também estava bastante movimentada desde o início da manhã.

Ainda em Olinda, a feira de produtos orgânicos de Casa Caiada voltou a funcionar nesta sexta. O comerciante Joselson Monteiro falou que, apesar do clima tranquilo, o movimento ainda é considerado abaixo do normal. "Ontem, muita gente me ligou perguntando se ia abrir hoje. Eu vim, mas teve gente que ainda prefere ficar em casa. Estou sentindo uma diferença de 20% no movimento. Mas acredito que com o passar do dia, isso se normalize", contou. Uma das clientes da feira, a dona de casa Maria Inalva comentou sobre o clima de tensão na rua ontem "Não coloquei o pé fora de casa. Hoje, já voltei a fazer meus exercícios; vida que segue", disse.

Pelas ruas do Grande Recife, entretanto, poucas viaturas eram vistas no início da manhã. Essa também era a impressão da enfermeira Fabiana de Sá, que de Afogados ao Centro do Recife não viu policiamento. Entretanto, o clima era tranquilo. "Hoje a cidade não está mais deserta, parecendo um domingo. Mas não sei a volta. Continuo apreensiva", disse. No bairro de Santo Amaro, a estudante Saralyssa Galhardo também não sabia o que esperar do dia. "Acabaram a greve, mas a violência sempre está aí, né? A gente espera que melhore", disse.



Fim do movimento grevista

A comissão independente de policiais e bombeiros militares decidiu encerrar a greve da Polícia Militar, na noite da quinta, em assembleia no Centro do Recife. A reunião foi tumultuada e os líderes do movimento chegaram a ser vaiados por quem queria continuar com a paralisação. Três itens foram acordado com o governo: a reestruturação do Hospital da PM, implantação da gratificação por risco de vida no salário-base e a aprovação, até julho, na Assembleia Legislativa de Pernambuco (Alepe), de promoções para os praças.

A categoria, que iniciou o movimento na noite de terça (13), também cobrava aumento de 30% a 50%, dependendo da patente. No entanto, recuou da exigência. Após a paralisação ter sido decretada ilegal pelo Tribunal de Justiça de Pernambuco (TJPE), o secretário da Casa Civil, Luciano Vasquez, afirmou que o canal de diálogo e negociação com os PMs havia sido encerrado.

Saques e depredações

Durante toda a quinta-feira, saques, depredações e outros crimes foram registrados em cidades do Grande Recife e no interior do estado. O comércio fechou as portas em várias localidades e as aulas foram suspensas em universidades e escolas públicas e particulares. O clima de insegurança deixou ruas desertas e o trânsito livre nos principais corredores da capital pernambucana. Empresas suspenderam o expediente mais cedo e liberaram funcionários.

Em Paulista, Região Metropolitana, vândalos arrombaram e furtaram lojas no centro comercial da cidade nesta quinta. Policiais da Companhia de Operações e Sobrevivência em Área de Caatinga (Ciosac) encontraram eletrodomésticos escondidos em telhados e entre as bancas de uma feira e na área do comércio informal do município. Funcionários de uma empresa de segurança privada chegaram a efetuar disparos para o alto para retirar dinheiro de um caixa e levá-lo para um carro-forte.

No Centro do Recife, um boato de arrastão fez parte do comércio fechar as portas. No bairro da Encruzilhada, Zona Norte da cidade, houve um arrastão por volta das 10h. Um grupo formado

por cerca de 30 pessoas passou em direção ao Arruda, pela Avenida Beberibe. A agência dos Correios que fica no bairro fechou e clientes ficaram revoltados.

A Prefeitura e a Câmara de Toritama, no Agreste do estado, foram depredadas e tiveram mobiliário queimado. Adolescentes suspeitos de participar dos atos de vandalismo foram apreendidos e levados à Delegacia de Santa Cruz do Capibaribe, na mesma região.

Assunto: Cinegrafista amador registra assalto em avenida do Recife; veja vídeo	
Veículo: G1 Pernambuco	Data: 15/05/2014
Editoria:	Seção:



PERNAMBUCO  NORDESTE

Cinegrafista amador registra assalto em avenida do Recife; veja vídeo

Ocorrência aconteceu na Avenida Conselheiro Aguiar, na Zona Sul. Polícia Militar de Pernambuco está em greve desde terça-feira.

Um cinegrafista amador registrou um assalto em flagrante, na Avenida Conselheiro Aguiar, no Recife, na manhã desta quinta-feira (15).

As imagens do vídeo ao lado mostram toda a investida: um grupo de pessoas obrigando o motorista a parar, cercando o carro e abordando o condutor. Em seguida, o motorista corre para a calçada e o grupo sai, em velocidade.

Não há informações oficiais sobre a quantidade de ocorrências registradas pela Polícia Civil desde o início da greve dos policiais militares.

Entenda a paralisação

Uma comissão independente de PMs iniciou a paralisação na noite de terça (13) e decidiu manter a mobilização na noite de quarta (14), após reunião com líderes do governo e representantes da Assembleia Legislativa de Pernambuco (Alepe). Nem o governo do estado nem o movimento grevista souberam especificar quantos PMs aderiram à paralisação.

Um dos representantes dos PMs, soldado Joel Maurino, afirmou que a paralisação foi mantida porque não foi fechado acordo quanto ao aumento de 50% no salário-base, uma das reivindicações da categoria. O grupo envolvido na mobilização também pleiteia, entre outros pontos, aumento do vale-refeição e estruturação do Plano de Cargos e Carreiras (PCC) da corporação.

O secretário da Casa Civil, Luciano Vasquez, informou que os PMs terão reajuste de 14,55% no contracheque de junho, equivalente à quarta parcela acordada em acordo entre governo e categoria, há quatro anos. O primeiro aumento foi em 2011, de 14%; a segunda e a terceira parcelas foram de 10%, em 2012 e 2013. Os reajustes foram concedidos sempre no mês de junho de cada ano.



O governador de Pernambuco, João Lyra Neto (PSB), solicitou na quarta-feira (14) a ajuda dos homens da Força Nacional de Segurança Pública e do Exército para substituir os PMs grevistas. As tropas começaram a desembarcar na madrugada desta quinta (15) e já estão nas ruas fazendo policiamento ostensivo. O ministro da Justiça, José Eduardo Cardozo, virá ao estado nesta quinta, acompanhado de um general designado para comandar as ações das Forças Armadas.

O Tribunal de Justiça de Pernambuco (TJPE) decretou a ilegalidade da greve, na noite de quarta-feira. A multa prevista para a categoria será de R\$ 100 mil por dia de paralisação. A ordem é para que os policiais militares voltem ao trabalho imediatamente.

Panorama

Na quarta-feira (14), primeiro dia de paralisação, dezenas de viaturas da PM ficaram paradas durante a manhã em frente ao 16º Batalhão Frei Caneca, no Cais de Santa Rita, área central do Recife. Alguns pontos móveis da Polícia Militar, também pelo Centro, estavam fechados e sem movimento. No percurso de Olinda à área central da capital pernambucana, nenhum PM foi visto pela equipe de reportagem do G1.

Nesta quinta, o movimento no comércio do Centro do Recife é considerado baixo por causa da ausência de policiamento da PM. Imagens da Globo registraram saques a supermercados em Abreu e Lima, Região Metropolitana. Na noite da quarta, lojas da mesma cidade também foram invadidas e saqueadas.

Assunto: Passeata dos PMs grevistas chega ao Palácio das Princesas, no Recife	
Veículo: G1 Pernambuco	Data: 15/05/2014
Editoria:	Seção:



PERNAMBUCO  NORDESTE

Passeata dos PMs grevistas chega ao Palácio das Princesas, no Recife

Caminhada seguiu de forma pacífica do Derby até a Praça da República. Lideranças do movimento esperam que chegada de ministro amplie diálogo.



No segundo dia de paralisação dos policiais militares de Pernambuco, mais uma passeata foi realizada pelas ruas do centro do [Recife](#). Em cerca de duas horas, mais de mil pessoas - de acordo com o movimento da PM - percorreram ruas e avenidas gritando palavras de ordem e explicando a pauta de reivindicações da categoria.

A passeata saiu por volta das 12h, da Praça do Derby, com a presença de algumas lideranças, como Joel Maurino, que negocia diretamente com a cúpula do governo de Pernambuco. Como a greve foi considerada ilegal pelo Tribunal de Justiça de Pernambuco, o Palácio do Campo das Princesas se nega a negociar com a categoria em greve. "Ficamos até 15h30 negociando na Assembleia e tivemos avanços, principalmente em relação ao plano de carreiras. Isso reflete no salário, já que os policiais serão promovidos. Mas não desistimos da nossa pauta, vamos lutar. Hoje continuamos com as negociações e devemos ter assembleia até o fim do dia", disse.

A passeata seguiu de forma pacífica até a sede do governo estadual, na Praça da República, inclusive com o apoio de alguns populares. O comércio do centro do Recife ficou completamente fechado nas avenidas Conde da Boa Vista, Guararapes e Dantas Barreto. Ao chegar ao Palácio, as lideranças do movimento explicaram à categoria a questão da ilegalidade da greve e a proposta assumida em relação ao plano de cargos e carreira e à contratação de policiais aprovados em concurso realizado em 2009.

O presidente da Associação dos Praças Policiais e Bombeiros Militares de PE (Aspra), cabo Paulo Aquino, frisou que a expectativa é que a presença do ministro da Justiça, José Eduardo

Cardozo, facilite a negociação. Diante do resultado, será realizada uma nova assembleia. De acordo com a organização do movimento independente da PM, praticamente todos os batalhões de Pernambuco estão parados - mantidos apenas serviços como o hospital militar e a guarda de armamentos.

Entenda a paralisação

Uma comissão independente de PMs iniciou a paralisação na noite de terça (13) e decidiu manter a mobilização na noite de quarta (14), após reunião com líderes do governo e representantes da Assembleia Legislativa de Pernambuco (Alepe). Nem o governo do estado nem o movimento grevista precisaram quantos PMs aderiram à paralisação.

Um dos representantes dos PMs, soldado Joel Maurino, afirmou que a paralisação foi mantida porque não foi fechado acordo quanto ao aumento de 50% no salário-base, uma das reivindicações da categoria. O grupo envolvido na mobilização também pleiteia, entre outros pontos, aumento do vale-refeição e estruturação do Plano de Cargos e Carreiras (PCC) da corporação.

O secretário da Casa Civil, Luciano Vasquez, informou que os PMs terão reajuste de 14,55% no contracheque de junho, equivalente à quarta parcela acordada em acerto entre governo e categoria, há quatro anos. O primeiro aumento foi em 2011, de 14%; a segunda e a terceira parcelas foram de 10%, em 2012 e 2013. Os reajustes foram concedidos sempre no mês de junho de cada ano.

O governador de Pernambuco, João Lyra Neto (PSB), solicitou na quarta-feira (14) a ajuda dos homens da Força Nacional de Segurança Pública e do Exército para substituir os PMs grevistas. As tropas começaram a desembarcar na madrugada desta quinta (15) e já estão nas ruas fazendo policiamento ostensivo. O ministro da Justiça, José Eduardo Cardozo, virá ao estado nesta quinta, acompanhado de um general designado para comandar as ações das Forças Armadas.

O Tribunal de Justiça de Pernambuco (TJPE) decretou a ilegalidade da greve, na noite de quarta-feira. A multa prevista para a categoria será de R\$ 100 mil por dia de paralisação. A ordem é para que os policiais militares voltem ao trabalho imediatamente.

Assunto: Policiais militares de Pernambuco decidem encerrar a greve	
Veículo: G1 Pernambuco	Data: 15/05/2014
Editoria:	Seção:



PERNAMBUCO NORDESTE

Policiais militares de Pernambuco decidem encerrar a greve

Comando dos grevistas promete que PMs voltam às ruas ainda esta noite. Ministério da Justiça informou que tropas federais permanecerão no estado.

A comissão independente de policiais e bombeiros militares decidiu encerrar a greve da Polícia Militar, na noite desta quinta-feira (15). Eles se reuniram em frente à sede do Palácio do Campos das Princesas, sede do Executivo estadual, Centro do Recife. A assembleia foi tumultuada e os líderes do movimento chegaram a ser vaiados por quem queria continuar com a paralisação. "Paramos porque entendemos que a sociedade pernambucana não pode continuar sofrendo", disse Joel Maurino, representante dos policiais. O governo de Pernambuco ainda não se pronunciou sobre o fim da paralisação. Em nota, o Ministério da Justiça informou que as tropas da Força Nacional de Segurança Pública e do Exército vão permanecer no estado "até que a situação se normalize por completo."

A orientação do comando de greve é que a tropa volte às ruas ainda esta noite. Segundo os líderes do movimento, três itens foram acordado com o governo: a reestruturação do Hospital da PM, implantação da gratificação por risco de vida no salário-base e a aprovação, até julho, na Assembleia Legislativa de Pernambuco (Alepe), de promoções para os praças. As outras reivindicações, listadas em documento com 18 itens, só voltam a ser discutidas em janeiro de 2015, conforme o comando de greve.

A categoria, que iniciou o movimento na noite de terça (13), também cobrava aumento de 30% a 50%, dependendo da patente. No entanto, recuou da exigência. Durante a tarde, o secretário da Casa Civil, Luciano Vasquez, afirmou que o canal de diálogo havia sido encerrado **após a paralisação ter sido decretada ilegal pelo Tribunal de Justiça de Pernambuco (TJPE)**.

Nesta quinta, o estado começou a receber agentes da Força Nacional de Segurança Pública e militares do Exército para substituir os PMs grevistas. No mesmo horário em que a categoria realizava assembleia para decidir sobre o fim do movimento, o ministro da Justiça, José Eduardo Cardozo, disse em entrevista coletiva que poderia convocar a Marinha e a Aeronáutica, se fosse preciso, para patrulhar o estado.

"Na busca da garantia da paz, todas as forças do governo federal estão mobilizadas e solidárias. Não consideramos razoável que medidas assim gerem pânico e prejuízo aos cidadãos", comentou o ministro.

Prisões

A Polícia Civil de Pernambuco informou, em coletiva esta noite, que 234 pessoas foram detidas no estado suspeitas de furtos, roubos, porte ilegal de arma de fogo, dano qualificado, perturbação do sossego, entre outros crimes. As prisões foram realizadas nas últimas 24 horas e 102 pessoas foram autuadas em flagrante.

Tropas do Exército de vários estados do Brasil e da Força Nacional estão em solo pernambucano realizando a patrulha nas ruas, desde a madrugada. Agentes da Polícia Civil também reforçaram o policiamento ostensivo, com apoio de agentes de unidades especializadas,

da Companhia Independente de Operações na Área de Caatinga (Ciosac) - que é ligada à PM, mas não aderiu ao movimento, além de patrulheiros da Polícia Rodoviária Federal. Em coletiva realizada na sede da Secretaria Estadual de Planejamento, no Centro do Recifex, o chefe da Polícia Civil, delegado Osvaldo Moraes, ainda disse que foram registrados 27 homicídios no estado, entre a última terça (13) e esta quinta (15).

Saques e depredações

Durante o movimento, saques, depredações e outros crimes foram registrados em cidades do Grande Recife e no interior do estado. O comércio fechou as portas em várias localidades e as aulas foram suspensas em universidades e escolas públicas e particulares. O clima de insegurança deixou ruas desertas e o trânsito livre nos principais corredores da capital pernambucana. Empresas suspenderam o expediente mais cedo e liberaram funcionários.

Em Paulista, Região Metropolitana, vândalos arrombaram e furtaram lojas no centro comercial da cidade nesta quinta. Policiais da Companhia de Operações e Sobrevivência em Área de Caatinga (Ciosac) encontraram eletrodomésticos escondidos em telhados e entre as bancas de uma feira e na área do comércio informal do município. Funcionários de uma empresa de segurança privada chegaram a efetuar disparos para o alto para retirar dinheiro de um caixa e levá-lo para um carro-forte.

Na noite de quarta (14), houve saques a lojas e veículos que trafegavam na BR-101, na altura do município de Abreu e Lima, também na Região Metropolitana. Patrulheiros da Polícia Rodoviária Federal prenderam 9 pessoas.

No Centro do Recife, um boato de arrastão fez parte do comércio fechar as portas. No bairro da Encruzilhada, Zona Norte da cidade, houve um arrastão por volta das 10h. Um grupo formado por cerca de 30 pessoas passou em direção ao Arruda, pela Avenida Beberibe. A agência dos Correios que fica no bairro fechou e clientes ficaram revoltados.

A Prefeitura e a Câmara de Toritama, no Agreste do estado, foram depredadas e tiveram mobiliário queimado. Adolescentes suspeitos de participar dos atos de vandalismo foram apreendidos e levados à Delegacia de Santa Cruz do Capibaribe, na mesma região.

Assunto: Greve da PM é decretada ilegal pelo TJPE	
Veículo: JC Online	Data: 15/05/2014
Editoria:	Seção:

jornal do commercio

PERNAMBUCO

Greve da PM é decretada ilegal pelo TJPE

< 1 2 3 4 >



Assunto: Greve da PM é decretada ilegal pelo TJPE	
Veículo: JC Online	Data: 15/05/2014
Editoria:	Seção:

jornal do commercio

Greve da PM é decretada ilegal pelo TJPE

Decisão foi tomada na noite de ontem. Em caso de descumprimento, multa chega a R\$ 100 mil por dia



O presidente do Tribunal de Justiça de Pernambuco, desembargador Frederico Neves, decretou, no final da noite de quarta-feira (14), a ilegalidade da greve dos policiais militares de Pernambuco. A ordem é que os PMS voltem imediatamente aos seus postos, sob pena de multa diária de R\$ 100 mil.

Como a decisão foi tomada no final da noite de quarta, a intenção do TJPE é notificar as entidades que representam os PMS na manhã desta quinta. Os policiais tinham marcado uma nova assembleia, às 10h, na frente do Palácio do Campo das Princesas. Com a decisão da ilegalidade da greve, não se sabe se eles vão realizar a reunião.

Na quarta, após governo e grevistas não chegarem a um acordo, o governador João Lyra pediu o auxílio da Força Nacional de Segurança. Por volta das 4h desta quinta, os primeiros policiais começaram a chegar na cidade. O primeiro grupo chegou de Alagoas e foi direto para um quartel na BR-232, onde seria instruído. Não foi informado para a imprensa quais os pontos da cidade onde esses policiais da Força Nacional vão trabalhar.

O governo do Estado alega que não pode dar o aumento pedido pelos policiais militares por conta da lei eleitoral, que proíbe reajustes em anos de eleição. Prometeu voltar ao assunto em janeiro, fato que não foi aceito pelos policiais.

Assunto: João Lyra - "Vou manter a ordem custe o que custar"	
Veículo: JC Online	Data: 15/05/2014
Editoria:	Seção:

jornal do commercio

João Lyra: "Vou manter a ordem custe o que custar"

Governador comentou a situação da greve da PM em Pernambuco



O governador de Pernambuco, João Lyra, endureceu o tom contra os policiais militares que permanecem em greve no Estado. Durante entrevista a Geraldo Freire, da Rádio Jornal, o socialista informou que tentou ao máximo negociar com os PMs para encerrar a greve. Como não teve sucesso, acionou o TJPE. "Em ano eleitoral, não podemos dar aumento. Eles teriam um aumento parcelado desde 2012 e passariam a ganhar mais de R\$ 2.800. Acionei a Força de Segurança Nacional e vou manter a ordem custe o que custar".

Assunto: Advogado pede anulação de reconstituição	
Veículo: JC Online	Data: 15/05/2014
Editoria:	Seção:

jornal do commercio

Advogado pede anulação de reconstituição

Defensor de Luiz Cabral diz que cliente foi coagido pela polícia a participar da simulação

O pedido de anulação da reconstituição do assassinato de Paulo Ricardo Gomes da Silva, realizada na última segunda-feira, foi protocolado no início da tarde desta quarta-feira (14/5), **na 2ª Vara do Júri da Capital**. O autor da ação foi o advogado Carlos Alberto Lima, que representa o suspeito Luiz Cabral de Araújo Neto, alegando que ele não queria participar da simulação e teria sido coagido pela polícia a colaborar.

“Estou confiante que vamos conseguir a nulidade da reconstituição. Tendo em vista a forma como foi feita seria uma injustiça o juiz não decidir descartá-la. Tenho várias testemunhas para provar que Luiz disse que não queria participar, ele falou isso inclusive na presença da delegada Gleide Angelo que está à frente do inquérito”, garantiu.

Já o advogado Jurandir Alves, que defende Waldir Pessoa Firmo Júnior, único suspeito a não ter participado da reconstituição, informou que vai aguardar a finalização do inquérito. “Nenhum acusado é obrigado a produzir provas contra si mesmo, quem tem que produzir provas é a polícia. Então vamos esperar para traçar a defesa”, disse.

O advogado de Everton Felipe Santiago de Santana, Adelson José da Silva, informou que a reprodução provou que seu cliente apenas arrancou a privada e espera que isso seja levado em conta.

Assunto: Veto a parte de torcedores visitantes é ilegal	
Veículo: JC Online	Data: 15/05/2014
Editoria:	Seção:

jornal do commercio

Veto a parte de torcedores visitantes é ilegal

FPF baixa ato administrativo em que só poderão entrar na área destinada à torcida visitante baianos de nascimento ou sócios do Tricolor de Aço

A Comissão de Defesa do Consumidor da Ordem dos Advogados de Pernambuco (OAB-PE) condenou a restrição imposta pela Federação Pernambucana de Futebol (FPF) para a compra de ingressos ao setor destinado aos torcedores do Bahia para a partida de domingo, contra o Sport, na Ilha do Retiro, pela quinta rodada da Série A do Brasileiro. Segundo o ato administrativo 14/14 da FPF, publicado nesta quarta (14/5), só poderão entrar na área destinada à torcida visitante baianos de nascimento ou sócios do Tricolor de Aço. Eles terão que provar ao menos um dos pré-requisitos na hora de efetuar a compra das entradas nas bilheterias do estádio. Os ingressos começam a ser vendidos amanhã.

“É uma decisão incoerente e discriminatória, que viola o princípio constitucional da isonomia, da igualdade entre as pessoas, e também fere o Estatuto do Torcedor. Não precisa ser baiano ou sócio do clube para ser torcedor do Bahia. Além disso, qualquer cidadão, independentemente de onde nasceu, tem o direito de comprar o seu ingresso e escolher o setor do estádio que pretende ficar”, afirmou o presidente da Comissão de Defesa do Consumidor da OAB-PE, Vinícius Calado. “Os torcedores que se sentirem lesados por esse ato administrativo devem procurar o Juizado do Torcedor e solicitar uma liminar que lhes permita adquirir o bilhete destinado aos visitantes”, completou.

A restrição à compra de ingressos por parte dos torcedores do Bahia foi anunciada na manhã de quarta (14/5), em um ato administrativo do presidente da FPF, Evandro Carvalho, que também proibiu a entrada no estádio das organizadas do clube. “Essa decisão de restringir a compra a baianos ou sócios do Bahia é para que integrantes de organizadas de Pernambuco não se infiltrem na torcida visitante. Trata-se de uma medida preventiva por conta da violência”, defendeu-se Evandro. “Uma pessoa de outro Estado que queira assistir à partida vai ter que ficar na área destinada ao Sport. É até melhor: tem mais espaço, mais banheiros e bares à disposição, e o preço é o mesmo.”

Assunto: TJPE declara ilegalidade da greve da Polícia Militar no Recife	
Veículo: NE10	Data: 15/05/2014
Editoria:	Seção:



TEMPO INDETERMINADO

**TJPE declara ilegalidade da greve
da Polícia Militar no Recife**

Assunto: TJPE declara ilegalidade da greve da Polícia Militar no Recife	
Veículo: NE10	Data: 15/05/2014
Editoria:	Seção:



TJPE declara ilegalidade da greve dos PMs no Recife



A confirmação da greve da Polícia Militar de Pernambuco na noite dessa quarta-feira (14) por tempo indeterminado foi considerada ilegal pelo Tribunal de Justiça de Pernambuco (TJPE). A declaração foi divulgada na manhã desta quinta-feira (15). De acordo com a assessoria de imprensa do TJPE, caso os policiais militares continuem com a paralisação, a associação será multada em R\$ 100 mil por dia. A atitude foi tomada na noite dessa quarta (14) pelo desembargador e presidente da Casa, Frederico Neves, que determinou retorno imediato da categoria ao trabalho.

Para tentar evitar saques, como os ocorridos em Abreu e Lima, e garantir a tranquilidade da população, agentes da Força Nacional de Segurança chegaram no Recife às 5h desta quinta-feira (15) e devem iniciar os trabalhos a partir das 10h. O ministro da Justiça, Eduardo Cardozo, também deve vir nesta quinta (15) à capital pernambucana para uma reunião com o Governo do Estado.

Em entrevista à Rádio Jornal, o governador João Lyra Neto comentou a situação de Pernambuco. "Lamento profundamente o que insensatos líderes, ou pseudo-líderes estão fazendo o povo passar. Peço à população para entender o esforço que o o governo fez, mas infelizmente não foi compreendido por esses líderes", afirmou. "Nós temos limites de orçamento, limites fiscais, que definem o que pode ser gasto com pessoal, para que possamos criar reservas para investir em Pernambuco". Lyra disse, portanto, que o governo irá os aumentos já acordados em anos anteriores.

GREVE - Inicialmente, a pauta de reivindicações tinha 18 itens. Uma comissão de militares chegou a reduzir a pauta e elegeu como prioridade discutir o aumento do vale-refeição de R\$ 150 para R\$ 500 mensais, além da reestruturação do Hospital da Polícia Militar e a atualização do Plano de cargos e carreiras. Não houve acordo quanto aos reajustes.

De acordo com o presidente da Associação dos Militares Estaduais de Pernambuco (AME-PE), capitão Valdermir Assis, cerca de 80% da categoria aderiu à paralisação. Os PMs devem se

reunir novamente nesta quinta-feira (15) em frente ao Palácio das Princesas, sede do governo, para tentar novas negociações.

Assunto: TJPE declara ilegalidade da greve da Polícia Militar no Recife	
Veículo: NE10	Data: 15/05/2014
Editoria:	Seção:



Nova assembleia pode encerrar greve dos professores municipais de Caruaru



Mesmo após determinação do Tribunal de Justiça de Pernambuco (TJPE) para que voltem às salas de aula, os professores municipais em greve há 80 dias em Caruaru, no Agreste do Estado, decidiram em assembleia nesta quarta-feira (14) que a paralisação será mantida. No entanto, a categoria marcou um novo encontro para a sexta-feira (16). Até lá, os docentes esperam que a prefeitura abra uma nova mesa de negociações com a classe. Caso contrário, a paralisação poderá ser encerrada após a assembleia agendada para a sexta.

Esta semana, o TJPE determinou a volta imediata ao trabalho dos professores sob pena de multa diária de R\$ 4 mil para o Sindicato dos Servidores Municipais (Sismuc), caso haja o descumprimento da medida. A decisão foi tomada por unanimidade na última segunda-feira (12), em julgamento que manteve a ilegalidade da greve ao rejeitar o agravo de instrumento que havia sido impetrado pelo Sindicato.

O posicionamento do TJPE levou em conta que o Sindicato desrespeitou a decisão liminar do desembargador Jovaldo Nunes Gomes, de 17 de março, que havia determinado que os professores voltassem às salas de aula. O magistrado também havia fixado uma multa para o Sismuc em R\$ 1 mil por dia em caso de descumprimento.

O CASO - A greve dos professores da rede municipal de ensino de Caruaru já dura 80 dias e prejudica o ano letivo de mais de 38 mil estudantes da Capital do Agreste. Na lista de reivindicações da categoria, está o novo Plano de Cargos e Carreiras (PCC), proposto pelo Executivo e aprovado pela Câmara Municipal em 31 de janeiro do ano passado, além de reajuste salarial e adicional de insalubridade. No município, dos mais de 2.600 docentes da rede municipal, cerca de 300 estão de braços cruzados.

Assunto: TJPE determina retorno dos professores municipais de Caruaru às salas de aula	
Veículo: NE10	Data: 14/05/2014
Editoria:	Seção:



TJPE determina retorno dos professores municipais de Caruaru às salas de aula



O Tribunal de Justiça de Pernambuco (TJPE) determinou a volta imediata ao trabalho dos professores da rede municipal de Caruaru, no Agreste do Estado, sob pena de multa diária de R\$ 4 mil para o Sindicato dos Servidores Municipais (Sismuc), caso haja o descumprimento da medida.

A decisão foi tomada por unanimidade na última segunda-feira (12), em julgamento que manteve a ilegalidade da greve ao rejeitar o agravo de instrumento que havia sido impetrado pelo Sindicato.

O posicionamento do TJPE levou em conta que o Sindicato desrespeitou a decisão liminar do desembargador Jovaldo Nunes Gomes, de 17 de março, que havia determinado que os professores voltassem às salas de aula. O magistrado também havia fixado uma multa para o Sismuc em R\$ 1 mil por dia em caso de descumprimento.

Em entrevista ao NE10 Interior, o presidente do Sismuc Eduardo Mendonça disse que uma assembleia entre os docentes grevistas, que será realizada na manhã desta quarta-feira (14), irá decidir o rumo da paralisação.

"Nós iremos apresentar a situação a categoria e eles devem decidir se a greve permanece ou não. No entanto, é provável que eles [os professores] optem por retornar ao trabalho, tendo em vista a decisão do Tribunal de multar o sindicato em R\$ 4 mil", adiantou.

Também de acordo com Eduardo, a ilegalidade ou não da greve ainda será decidida em julgamento com mérito pelo Tribunal, o que pode manter a paralisação dos docentes, caso a greve seja julgada como legal.

O CASO - A greve dos professores da rede municipal de ensino de Caruaru já dura 80 dias e prejudica o ano letivo de mais de 38 mil estudantes da Capital do Agreste. Na lista de reivindicações da categoria, está o novo Plano de Cargos e Carreiras (PCC), proposto pelo

Executivo e aprovado pela Câmara Municipal em 31 de janeiro do ano passado, além de reajuste salarial e adicional de insalubridade. No município, dos mais de 2.600 docentes da rede municipal, cerca de 300 estão de braços cruzados.

Assunto: TJPE decreta ilegalidade da greve dos bombeiros e militares de Pernambuco	
Veículo: diariodepernambuco.com.br	Data: 15/05/2014
Editoria:	Seção:

DIARIOde**PERNAMBUCO** .com.br

TJPE decreta ilegalidade da greve dos bombeiros e militares de Pernambuco

O presidente do Tribunal de Justiça de Pernambuco (TJPE) decretou a ilegalidade da greve dos bombeiros e militares de Pernambuco. A medida foi anunciada pelo desembargador Frederico Neves no final da noite desta quarta-feira.

O decreto exige a volta imediata dos grevistas ao trabalho. O descumprimento da medida acarreta multa diária no valor de R\$ 100 mil a ser paga pelas associações da categoria.

A medida foi tomada depois que os PMs e bombeiros do estado rejeitaram a proposta do governo. Após a pauta de negociação ter caído para apenas quatro pontos e a gestão estadual anunciar que cederia na elaboração do Plano de Cargos e Carreira, no reajuste salarial e na reforma do Hospital da Polícia Militar, os grevistas optaram por manter a paralisação.

Os militares, que já têm 14,55% de aumento garantidos por um acordo de 2012 a ser creditado no próximo mês, exigem 50% a mais no salário dos soldados e 30% para os oficiais. Além disso, também seria avaliado o acréscimo no salário base para ativos e inativos sobre o risco de vida. De acordo com o governo do estado, por ser época de eleições, nenhum reajuste é permitido.

Assunto: TJPE determina fim da greve da PM sob pena de multa diária de R\$ 100 mil	
Veículo: FolhaPE.com.br	Data: 15/05/2014
Editoria:	Seção:



TJPE determina fim da greve da PM sob pena de multa diária de R\$ 100 mil

Liminar foi concedida na noite da última quarta, após a assembleia dos militares

O presidente do Tribunal de Justiça de Pernambuco (TJPE), desembargador Frederico Neves, determinou o fim do movimento grevista e retorno imediato dos militares estaduais às atividades. A liminar foi concedida na noite da última quarta-feira (14), durante o plantão judiciário. Em caso de descumprimento, a Associação Pernambucana dos Cabos e Soldados Policiais e Bombeiros Militares (ACS), a Associação de Praças e Policiais e Bombeiros Militares de Pernambuco (ASPPBM-PE) e cada um dos representantes do Movimento Independente da Polícia Militar serão punidos com multa diária no valor de R\$ 100 mil.

O Estado de Pernambuco ajuizou uma ação cível originária de obrigação de fazer com pedido de declaração de ilegalidade e abusividade de movimento grevista. Os militares estaduais anunciaram paralisação por tempo indeterminado após assembleia realizada, na quarta, em frente ao Palácio das Princesas. De acordo com a decisão do presidente do TJPE, o Supremo Tribunal Federal entende que “atividades das quais dependam a manutenção da ordem pública e a segurança pública, a administração da Justiça – onde as carreiras de Estado, cujos membros exercem atividades indelegáveis, inclusive as de exação tributária – e a saúde pública não estão inseridos no elenco dos servidores alcançados por esse direito de greve”.

Assunto: Greve da PM – Governo vai pedir ilegalidade junto ao TJPE e apoio da Força Nacional	
Veículo: FolhaPE.com.br	Data: 15/05/2014
Editoria:	Seção:



Policiais e bombeiros rejeitam acordo proposto pelo Governo e greve continua

Governo vai pedir ilegalidade junto ao TJPE e apoio da Força Nacional

Assunto: Greve da PM – Governo vai pedir ilegalidade junto ao TJPE e apoio da Força Nacional	
Veículo: FolhaPE.com.br	Data: 15/05/2014
Editoria:	Seção:



Policiais e bombeiros rejeitam acordo proposto pelo Governo e greve continua

Ilegalidade do movimento será pedida ao TJPE. Força Nacional e Exército darão reforço

O governador do Estado, João Lyra, anunciou, em coletiva de imprensa realizada na noite desta quarta-feira (14), que convocou o apoio das tropas da Força Nacional de Segurança, que devem chegar ao Estado durante a madrugada. Já o Exército deve enviar reforço a partir desta quinta-feira (15).

Após dez horas de negociação, líderes do movimento grevista da categoria dos policiais e bombeiros militares e representantes do Governo de Pernambuco não conseguiram chegar a um acordo e a mobilização continua. A proposta apresentada pelo governo não contemplaria o reajuste salarial de 50% para cabos, tenentes e soldados e 30% para oficiais, um dos principais pontos de reivindicação do movimento.

Ao levar os termos aos membros da categoria acampados em frente ao Palácio do Campo das Princesas, os policiais e bombeiros recusaram o acertado, preferindo continuar a greve. Luciano Vasquez, secretário-chefe da Casa Civil de Pernambuco, afirmou que iria entrar, ainda nesta quarta-feira, com um pedido junto ao Tribunal de Justiça de Pernambuco (TJPE) pela ilegalidade da greve.

Os grevistas prometem recomeçar a mobilização na praça do Derby a partir das 10h desta quinta-feira e, de lá, seguir em passeata até o Palácio do Campo das Princesas. Joel da Harpa, líder do movimento, afirmou que, por mais que o Governo diga que a greve é ilegal tendo como base a lei eleitoral, eles irão manter o movimento, assim como ocorreu em outros estados. Ele ainda afirmou que vai montar uma equipe técnica de advogados para negociar com o Governo e com os membros da Assembleia Legislativa de Pernambuco (Alepe) as reivindicações.

Assunto: Greve da PM – Governo vai pedir ilegalidade junto ao TJPE e apoio da Força Nacional	
Veículo: FolhaPE.com.br	Data: 15/05/2014
Editoria:	Seção:



Governo pede reforço da Força Nacional e do exército para garantir segurança no Estado

João Lyra também solicitou a decretação da ilegalidade e abusividade da greve perante a Justiça Estadual e Supremo Tribunal Federal

Diante da permanência da greve da Polícia Militar e do Corpo de Bombeiros em Pernambuco, o governador João Lyra Neto (PSB) solicitou o reforço de tropas nacionais para a garantia da segurança pública no Estado. O pedido foi encaminhado diretamente à presidente Dilma Rousseff (PT). O governo também pediu que o Tribunal de Justiça decrete a ilegalidade da paralisação. A administração estadual alega que não pode atender a reivindicação de aumento salarial devido à Legislação Eleitoral que proíbe a concessão de reajuste nos vencimentos de servidores público em ano eleitoral. Também há a alegação que os 50 % solicitados pela categoria levaria a gestão a ultrapassar os limites estabelecidos pela Lei de Responsabilidade Fiscal (LRF).

Confira a nota do Governo de Pernambuco, na íntegra:



NOTA OFICIAL

Paralisação dos militares de Pernambuco

Desde 2007, o Governo de Pernambuco tem como princípio democrático respeitar todas as manifestações da sociedade. Em todos os momentos esteve aberto para negociação e entendimento com as diversas as categorias de servidores. Com relação aos policiais e bombeiros militares, honrou rigorosamente todos os compromissos pactuados com os respectivos comandos. Em respeito à sociedade pernambucana, tornamos público os ganhos proporcionados, pelo Governo do Estado de Pernambuco, aos policiais e bombeiros militares, no período de 2007 a 2014.

Contratações e promoções realizadas de 2007 a 2014

De janeiro de 2007 até março de 2014 foram nomeados, e permanecem na folha de pagamento, **8.935 militares**, sendo **7.704 policiais** e **1.231 bombeiros**.

No mesmo período foram efetivadas **9.273** promoções, das quais **7.861** foram de praças (soldados, cabos e sargentos), representando **85%** de todas as promoções.

No ano de 2011 foi realizada uma negociação entre o Governo do Estado e os policiais e bombeiros militares, tendo sido pactuado os reajustes para os anos de 2012, 2013 e 2014, o que foi aprovado por toda a categoria. Deste acordo, somente neste ano de 2014 todos militares terão 14,55% de reajuste, o que representa praticamente três vezes a inflação do período. Praticamente nenhuma categoria do setor público ou privado conquistou ganhos salariais tão significativos.

Assunto: Professores da rede municipal de Caruaru decidem manter greve	
Veículo: FolhaPE.com.br	Data: 14/05/2014
Editoria:	Seção:



Professores da rede municipal de Caruaru decidem manter greve

Atividades estão paradas há 80 dias e paralisação é a terceira maior da história do país

Mesmo com a decisão do Tribunal de Justiça de Pernambuco mantendo a ilegalidade da greve, os professores da rede municipal de ensino de Caruaru decidiram, nesta quarta-feira (14), manter a paralisação da categoria, que já dura 80 dias. A greve é a maior da história do município e a terceira do Brasil, perdendo apenas para duas situações, uma na rede estadual da Bahia, com 115 dias e outra em Minas Gerais, com 112.

O presidente do Sismuc, Eduardo Mendonça, explicou os motivos de manter a greve. "Foi uma proposta apresentada no fim da assembleia e a maioria acatou. Temos que respeitar isso e seguir com a paralisação até a próxima sexta-feira". O sindicalista comentou ainda a decisão do TJPE, que determina uma multa de R\$ 4 mil por dia, caso a decisão não seja cumprida e garante que o movimento sai fortalecido.

"O Sindicato ainda não foi citado, assim que for, vamos cumprir. O importante a destacar é que o Desembargador julgou apenas a questão da ilegalidade da greve, não houve o julgamento do mérito, ou seja, os fatos que levaram a greve. Não concordamos com a decisão, achamos que é uma afronta ao direito, já que foi em cima de um possível prejuízo aos alunos. Ele apenas ratificou a decisão anterior e não questiona os professores, mas apenas o direito do aluno", analisou.

Mesmo com o revés na justiça, os professores irão manter as reivindicações e tentar resolver o impasse com a prefeitura em assuntos delicados, como é o caso do PCC e pagamento do reajuste de 8,23% no piso salarial. O presidente da Associação dos Trabalhadores em Educação (ATEC), Fred Santiago, disse que as aulas só serão repostas, após um acordo com a prefeitura. "Mesmo que a greve pare na sexta, teremos dezenas de ferramentas para seguir com as ações. Só iremos repor as aulas, quando o nosso dinheiro for devolvido e não vamos aceitar imposição da prefeitura com o calendário. Vai ter que ser uma situação debatida em conjunto. O primeiro semestre termina no dia 10 de junho e se não houver acordo, vamos entrar em recesso", disse ele, em relação ao corte dos salários nos meses de março e abril.

Ele explicou ainda que vai tentar uma reunião com secretário de administração, Antônio Ademildo, para assegurar que a prefeitura apresente um documento se comprometendo que não vai haver perseguição de nenhum professor. Na próxima sexta-feira (16) uma nova assembleia deve decretar o fim da greve.

Decisão

O Tribunal de Justiça de Pernambuco determinou a volta imediata dos professores da rede municipal de Caruaru ao trabalho, sob pena de multa diária de R\$ 4 mil para o Sismuc. A decisão foi tomada por unanimidade, em julgamento que manteve a ilegalidade da greve ao rejeitar o Agravo de Instrumento impetrado pelo Sindicato.

A posição do Tribunal levou em conta que o SISMUC desrespeitou a decisão liminar do desembargador Jovaldo Nunes Gomes, de 17 de março, que havia determinado que os professores voltassem às salas de aula e fixado uma multa para o Sindicato em R\$ 1.000,00 por dia em caso de desobediência.

Assunto: Justiça decreta ilegalidade da greve da Polícia Militar em Pernambuco	
Veículo: G1 Pernambuco	Data: 15/05/2014
Editoria:	Seção:



PERNAMBUCO  NORDESTE



POLÍCIA MILITAR

Justiça decreta ilegalidade da greve

👍 122

Assunto: Justiça decreta ilegalidade da greve da Polícia Militar em Pernambuco	
Veículo: G1 Pernambuco	Data: 15/05/2014
Editoria:	Seção:



Justiça decreta ilegalidade da greve da Polícia Militar em Pernambuco

Multa para cada dia de paralisação é de R\$ 100 mil.

Foram detidas 15 pessoas por saques e invasões em Abreu e Lima.

O Tribunal de Justiça de Pernambuco (TJPE) decretou a ilegalidade da greve da Polícia Militar em Pernambuco, que começou na última terça (13). O decreto saiu na noite da quarta-feira (14). A multa prevista para a categoria será de R\$ 100 mil por dia de paralisação, segundo o Governo de estado. A ordem é para que os policiais militares voltem ao trabalho imediatamente.

A ação pedindo a decretação de abusividade e ilegalidade da greve foi feita pela Procuradoria-Geral do estado e analisada pelo desembargador Frederico Neves, do TJPE. Ainda de acordo com o Governo, a partir das 10h, as tropas da Força Nacional de Segurança Pública estarão nas ruas do Recife e Região Metropolitana para fazer a segurança local. O Diário Oficial da União publicou uma portaria na quarta-feira (14) que autoriza o uso da Força Nacional em Pernambuco.

Nota do Governo

Em nota oficial, o Governo de Pernambuco afirmou que o reajuste salarial de 14,55% dado a todos os policiais e bombeiros militares representa, aproximadamente, três vezes a inflação do período. Segundo o Governo, a greve foi decretada antes que a reunião da negociação fosse concluída na última terça. Confira abaixo trecho da nota oficial:

“Diante do exposto, o Governo do Estado, com o objetivo de garantir a segurança da população, decidiu tomar as seguintes medidas:

- Solicitar a decretação da ilegalidade e abusividade da greve perante a Justiça Estadual;
- Solicitar a decretação da ilegalidade da greve perante o Supremo Tribunal Federal;
- Solicitar o apoio da Força Nacional de Segurança Pública e a autorização para o emprego da Forças Armadas para Garantia da Lei e da Ordem.

Neste contexto, o Governo do Estado vem perante a sociedade pernambucana, reiterar o seu compromisso em manter o diálogo permanente e tomar todas as providências necessárias para garantir a segurança da população”

Lojas saqueadas em Abreu e Lima

Entre o período da noite da quarta até a manhã da quinta (15), 15 pessoas foram detidas nos saques e invasões de lojas em Abreu e Lima, na Região Metropolitana do Recife, pela Central de Flagrantes da Polícia Civil. Outra pessoa foi detida porque portava uma arma sem autorização. O grupo está prestando depoimento na Central e será encaminhado ao Centro de Observação e Triagem Professor Everardo Luna (Cotel), também em Abreu e Lima.

A Polícia Rodoviária Federal (PRF), a Companhia Independente de Operações e Sobrevivência na Área de Caatinga (Ciosac) e a Coordenadoria de Operações e Recursos Especiais (Core), da Polícia Civil, foram os responsáveis pela prisão do grupo. Moradores do município afirmam que muitas casas foram saqueadas por pessoas da comunidade.

A Prefeitura de Abreu e Lima decretou ponto facultativo para os servidores durante esta quinta, por causa da insegurança causada pela greve dos PMs. Na quarta-feira, dia dos saques, a cidade comemorou 32 anos - foi feriado.

Assunto: Governo de PE vai pedir na Justiça ilegalidade de movimento da PM	
Veículo: G1 Pernambuco	Data: 14/05/2014
Editoria:	Seção:



PERNAMBUCO  NORDESTE

Governo de PE vai pedir na Justiça ilegalidade de movimento da PM

Secretário da Casa Civil avalia acionar Força Nacional para garantir ordem. Grupo de policiais e bombeiros exigem reajuste de 50% no salário-base.

O secretário da Casa Civil de Pernambuco, Luciano Vasquez, informou na noite desta quarta-feira (14) que vai pedir na Justiça a ilegalidade da paralisação dos policiais e bombeiros militares. "Vamos entrar com ação junto ao Tribunal de Justiça de Pernambuco (TJPE) solicitando a ilegalidade e abusividade dessa greve. Foi montada uma comissão supra-partidária de parlamentares para ouvi-los e ficou o entendimento que a paralisação encerraria", comentou. Vasquez acrescentou que o governo pode acionar a Força Nacional para garantir a ordem pública. "O governo está reunido neste momento fazendo planejamento estratégico para enfrentar essa nova situação. Esperamos o bom senso dos que estão no movimento para voltar às ruas e prestar o serviço de segurança à população", explicou o secretário da Casa Civil.

Segundo ele, na mesa de negociação com o governo, a categoria tinha se comprometido em encerrar a paralisação. "Nós avançamos dentro de uma negociação que já havia sido feita lá atrás, quando tivemos o aumento de 14,54% na data base do próximo mês de junho. Outros pontos foram solicitados pela comissão de parlamentares e o governo, dentro da sua limitação legal, a legislação eleitoral e de responsabilidade fiscal, conseguiu avançar em outros pontos", argumentou Vasquez.

"Nós iremos garantir a segurança e ordem pública. Pedimos tranquilidade à população. Nenhum arrastão foi confirmado. Estamos reunidos e vamos tomar medidas para garantir a paz no estado, como a convocação de tropas nacionais e da Polícia Civil", complementou o secretário. Manutenção da paralisação

Após reunião com líderes do governo do estado e representantes da Assembleia Legislativa de Pernambuco (Alepe), a comissão independente de PMs decidiu manter, nesta quarta-feira (14), a paralisação iniciada na noite de terça (13). Em assembleia realizada no início da noite desta quarta, parte da categoria que aderiu à mobilização decidiu permanecer acampada em frente ao Palácio do Campo das Princesas, sede do Executivo estadual.

Um dos representantes dos PMs, soldado Joel Maurino, afirmou que não foi fechado acordo quanto ao aumento de 50% no salário-base, uma das reivindicações da categoria. "Mesmo sendo ano eleitoral e com a Lei de Responsabilidade Fiscal, PMs de outros locais, como Rio de Janeiro e Manaus, tiveram aumento maior que o nosso. Não é possível que Pernambuco, um estado que teve um crescimento grande nos últimos anos, não consiga nos dar esse reajuste", comentou.

Ainda segundo ele, durante a reunião, ficou acordada a criação, a partir de quinta (15), de uma comissão especial para tratar da reestruturação do centro médico hospitalar da PM. "Também tivemos a garantia da Alepe de que, até 30 de julho, será resolvida a questão das promoções. Já a incorporação da gratificação do risco de vida no salário, no valor de R\$ 500, será votada até 30 de julho no plenário da Assembleia", acrescentou Joel Maurino.

O grupo envolvido na mobilização também pleiteia, entre outros pontos, aumento do vale-

refeição e estruturação do Plano de Cargos e Carreiras (PCC) da corporação.

Aulas suspensas na UFPE, Rural e Unicap

Devido ao movimento, as universidades Federal de Pernambuco (UFPE) e Federal Rural (UFRPE) decidiram cancelar as aulas no turno da noite desta quarta. A UFRPE irá suspender as atividades nos campi Recife (Zona Norte da capital), Garanhuns (Agreste) e Serra Talhada (Sertão). A reitoria da UFPE informou que não haverá aulas nos campi do Recife (Zona Oeste da capital), Vitória de Santo Antão (Zona da Mata) e Caruaru (Agreste). Já os alunos da Unicap só terão a primeira aula do turno da noite, com término previsto para as 20h20. A segunda aula está cancelada.

Panorama

Nesta quarta-feira (14), primeiro dia de paralisação, dezenas de viaturas da PM ficaram paradas durante a manhã em frente ao 16º Batalhão Frei Caneca, no Cais de Santa Rita, área central do Recife. Alguns pontos móveis da Polícia Militar, também pelo Centro, estavam fechados e sem movimento. No percurso de Olinda à área central da capital pernambucana, nenhum PM foi visto pela equipe de reportagem do G1.

O posto da esquina da Rua Sete de Setembro, próximo à Avenida Conde da Boa Vista, e o da Rua da Imperatriz que fica na esquina com a Rua do Hospício, também no Centro, não abriram.

Entenda a paralisação

Em assembleia realizada na noite da terça-feira, em frente ao Palácio do Campo das Princesas, sede do governo de Pernambuco, no Recife, uma comissão independente de policiais e bombeiros militares decidiu cruzar os braços, após participar de reunião com o secretário da Casa Civil, Luciano Vasquez, e com o chefe da Casa Militar, coronel Mario Cavalcanti de Albuquerque. Não há consenso sobre o número de participantes da assembleia: os representantes do movimento afirmam que 6 mil PMs e bombeiros estavam no local, mas o Batalhão de Polícia de Trânsito informa que não passou de 2 mil o total de presentes. Após a reunião, Vasquez informou que os PMs terão reajuste de 14,55% no contracheque de junho, equivalente à quarta parcela acordada em acerto entre governo e categoria, há quatro anos. O primeiro aumento foi em 2011, de 14%; a segunda e a terceira parcelas foram de 10%, em 2012 e 2013. Os reajustes foram concedidos sempre no mês de junho de cada ano.

Assunto: Para governo do Estado, greve só termina com volta dos policiais às ruas	
Veículo: Blog do Jamildo	Data: 15/05/2014
Editoria:	Seção:



Para governo do Estado, greve só termina com volta dos policiais às ruas. Tropas federais permanecem no Estado



Exército permanece nas ruas até a tranquilidade ser restabelecida. Foto: Guga Matos/JC Imagem
Minutos depois do fim da coletiva que reuniu o ministro da Justiça, José Eduardo Cardozo (PT), e o governador de Pernambuco, João Lyra (PSB), para definir a intervenção do governo federal na segurança do Estado durante a greve, os oficiais da Polícia Militar (PM) definiram o fim da paralisação em Pernambuco. Mas, para o governo do Estado, a greve terminará apenas quando os policiais estiverem de volta aos postos. Por enquanto, o governo adiantou que os soldados da Força Nacional e do Exército permanecem no Grande Recife para restabelecer a ordem.

Durante a coletiva, o ministro da Justiça tentou tranquilizar a população afirmando que as tropas federais fariam de tudo para restabelecer a segurança no Grande Recife.



Cardozo rememorou à Constituição Nacional para falar da inconstitucionalidade da greve dos policiais militares, mas destacou que não entraria no mérito da negociação travado no Estado. Com a intenção de garantir a segurança dos cidadãos, o auxiliar de Dilma se comprometeu a “colocar quantos homens forem necessários”. Até mesmo oficiais da Marinha e da Aeronáutica podem entrar no reforço.

A Justiça de Pernambuco declarou a greve ilegal desde a manhã desta quinta-feira (15). Em meio às negociações com a categoria, que reivindicava aumento de 50% para oficiais e 30% para praças, o governador João Lyra encontrou-se de mãos atadas, por causa da lei de responsabilidade fiscal, que impede a concessão de reajuste imediatos em ano eleitoral.

Apesar de aprovado, o fim da greve não foi pacífico entre os integrantes da categoria. Um pequeno grupo mais exaltado seguiu na frente do Palácio do Campo das Princesas, onde a negociação foi realizada, gritando que os líderes do movimento eram covardes por terem encerrado a paralisação.

A proposta do governo prevê reajuste de 14,55%, a partir de junho, conforme ficou acordado em 2011.

Além do reajuste dos salários em junho, os soldados receberão o salário incorporado ao auxílio de risco de morte e mais o aumento de 14,55% previsto desde 2011. Além disso, já na segunda-feira (19), uma comissão de dez policiais e bombeiros começam a avaliar a reestruturação do Plano de Cargos e Carreiras, com uma comissão de deputados estaduais.

Dentro desse contexto, uma outra conquista para a categoria é a promessa de que as promoções vão acontecer a cada cinco anos. Segundo os líderes do movimento, essa determinação é importante porque há soldados que aguardam um escalonamento há cerca de 25 anos.

Assunto: Com fim das greves dos policiais militares, deputados começam a discutir plano de cargos e carreiras da categoria

Veículo: Blog do Jamildo

Data: 15/05/2014

Editoria:

Seção:



Com fim da greve dos policiais militares, deputados começam a discutir plano de cargos e carreiras da categoria



Após três dias de braços cruzados, termina a greve da Polícia Militar de Pernambuco. A decisão foi tomada nesta quinta-feira (15) à noite, depois de reunião entre representantes dos PMs e governo, no Palácio do Campo das Princesas, área central do Recife. Uma comissão de deputados estaduais, que estava em contato com as lideranças do movimento, se comprometeu a iniciar na próxima segunda-feira (19) uma discussão sobre o Plano de Cargos e Carreiras da categoria.

A comissão de parlamentares é formada pelos deputados Daniel Coelho, Isaltino Nascimento, Waldemar Borges, Alberto Feitosa, Odacy Amorim e Terezinha Nunes.

A paralisação começou na última terça-feira (13) e, nas últimas 48 horas, a população pernambucana viveu um verdadeiro clima de guerra, com tanques do Exército circulando nas ruas da Região Metropolitana do Recife.

O clima de insegurança começou com ondas de boatos nas redes sociais e se concretizou com cenas de vandalismo e saques em vários supermercados. Nesta quinta-feira terceiro dia da greve, lojas, escolas e instituições públicas fecharam as portas. A Força Nacional de Segurança do Exército esteve nas ruas na ação intitulada “Operação Pernambuco”.

Nessa quarta-feira, o Tribunal de Justiça de Pernambuco (TJPE) declarou a ilegalidade da greve.

Assunto: Pajezeiro do TRE- eleição para a Presidência do Tribunal Regional Eleitoral	
Veículo: Blog do Magno Martins	Data: 15/05/2014
Editoria:	Seção:



Pajezeiro no TRE - O desembargador Alberto Nogueira, com origem em Afogados da Ingazeira, no Sertão do Pajeú, mostrou que tem liderança e prestígio com a categoria ao derrotar Jones Figueiredo na disputa pela presidência do Tribunal Regional Eleitoral. É o Pajeú revelando a sua força!

Assunto: Clima de tensão na sede do Governo do Estado	
Veículo: Blog Magno Martins	Data: 15/05/2014
Editoria:	Seção:



Clima de tensão na sede do Governo de Pernambuco

O clima continua bastante tenso na frente do Palácio do Campo das Princesas, sede do Governo de Pernambuco. Os bombeiros e policiais militares em greve chegaram ao local por volta do meio dia e, bastante exaltados, exigiram a saída do carro de transmissão ao vivo da Rede Globo. A estimativa é que cerca de duas mil pessoas participem do ato.

A paralisação e a manifestação foram mantidas pela categoria, apesar de o presidente do Tribunal de Justiça de Pernambuco (TJPE) ter decretado a ilegalidade do movimento. A medida foi anunciada pelo desembargador Frederico Neves no final da noite de ontem (15), mas tem sido ignorada pela classe.

O decreto exige a volta imediata dos grevistas ao trabalho. O descumprimento da medida acarreta multa diária no valor de R\$ 100 mil a ser paga pelas associações da categoria. A medida foi tomada depois que os policiais militares e bombeiros do estado rejeitaram a proposta do governo. Após a pauta de negociação ter caído para apenas quatro pontos e a gestão estadual anunciar que cederia na elaboração do Plano de Cargos e Carreira (PCC), no reajuste salarial e na reforma do Hospital da Polícia Militar, os grevistas optaram por manter a paralisação.

Os militares, que já têm 14,55% de aumento garantidos por um acordo de 2012 a ser creditado no próximo mês, exigem 50% a mais no salário dos soldados e 30% para os oficiais. Além disso, também seria avaliado o acréscimo no salário base para ativos e inativos sobre o risco de vida.

De acordo com o Governo do Estado, por ser época de eleições, nenhum reajuste é permitido.

Assunto: Governo decide encerrar diálogo com grevistas	
Veículo: Blog Magno Martins	Data: 15/05/2014
Editoria:	Seção:



Governo decide encerrar diálogo com grevistas da PM



O Governo de Pernambuco não vai continuar a negociação com os policiais militares que paralisaram as atividades a menos que eles retomem o serviço. A declaração foi dada pelo secretário da Casa Civil, Luciano Vasquez, no começo da tarde desta quinta-feira (15).

"A partir do momento em que o Tribunal de Justiça (TJPE) decretou a ilegalidade da greve, o governo não pode abrir canal nenhum de negociação, a não ser pelo encerramento desse movimento", afirmou.

Os representantes dos policiais militares já foram informados da nova posição do governo e vão repassar a informação aos que aderiram ao movimento. "Acredito que a chegada do ministro [da Justiça, José Eduardo Cardozo] vai ajudar nessa mediação. Esperamos que, assim, a mesa de negociação seja reaberta", disse Joel Maurino, representante dos policiais militares.

Assunto: Governador diz que só retoma as negociações se policiais voltarem ao trabalho	
Veículo: Blog da Folha PE	Data: 15/05/2014
Editoria:	Seção:



Governador diz só retoma negociações se policiais voltarem ao trabalho



O governador de Pernambuco, João Lyra Neto, afirmou em entrevista à Rádio Folha 96,7 FM que não vai mais negociar com policiais militares e bombeiros que estiverem em greve devido à ilegalidade do movimento decretada pela Justiça do Estado. “Como se compreende o Estado negociar com os líderes de um movimento que a Justiça considerou ilegal? Eu peço a compreensão da população, porque nós não podemos negociar com um movimento ilegal”, disse.

Lyra ainda garantiu que vai cumprir o acordo firmado na negociação da última quarta-feira (14), que contempla um reajuste salarial de 14,55%. “Aquilo que foi acordado inicialmente, de 14,55%, a minha intenção é cumprir esse acordo a partir de junho, e o salário teve mais de 100% de aumento, acima da inflação. Pernambuco pagava um dos piores salários do País em 2007, e hoje paga um dos dez melhores”, analisou.

O governador disse também desconhecer qualquer conotação eleitoral dada pela liderança do movimento grevista da Polícia Militar e do Corpo de Bombeiros do Estado, mas considerou a greve como uma insensatez por parte dos policiais que estão sem trabalhar. “Se tem questões eleitorais, eu não sei. Eu acho que é um ato insensato você botar uma questão eleitoral na questão da insegurança pública dessa forma. Deixar a insegurança reinar é uma insensatez”, comentou. “Agora como nós temos que cumprir a Lei, e os policiais também têm que cumprir a Lei, eles têm que voltar ao trabalho, para que nós possamos continuar o diálogo”, acrescentou.

Assunto: Governador diz que é mentira o boato de aumento na BA	
Veículo: Blog da Folha PE	Data: 15/05/2014
Editoria:	Seção:



Governador diz que é mentira o boato aumento na BA



O governador de Pernambuco, João Lyra Neto (PSB), revelou, há pouco, que recebeu uma ligação do governador da Bahia, Jaques Wagner (PT), na qual o petista negou o boato que circula entre os policiais militares do nosso estado de que a administração baiana concedeu reajuste salarial à categoria após a realização de uma paralisação por lá, no mês passado. “Estão mentindo aqueles que dizem que foi concedido aumento na Bahia. Conversei com o governador Jaques Wagner e ele me confirmou que não teve reajuste aos policiais”, afirmou, em entrevista à Rádio Folha FM 96,7, o socialista.

João Lyra ressaltou também que pretende voltar a negociar com o policiais militares somente após a retomada das atividades, uma vez que a população está assustada com a manutenção de uma greve ilegal, do ponto de vista constitucional, e pela classificação emitida pelo Tribunal de Justiça de Pernambuco (TJPE), na noite de ontem.

“Vamos retomar as negociações. Mas a categoria precisa voltar ao trabalho, acabar com a greve. A paralisação é ilegal”, reforçou o governador de Pernambuco.

Assunto: João Lyra se queixa que PMS prometeram encerrar greve e não cumpriram	
Veículo: Blog do Jamildo	Data: 15/05/2014
Editoria:	Seção:



João Lyra se queixa que PMs prometeram encerrar greve e não cumpriram



Em entrevista à Rádio Jornal na manhã desta quinta-feira (15), o governador João Lyra Neto (PSB) se queixou que os líderes do movimento grevista da Polícia Militar prometeram encerrar a paralisação no diálogo com o Governo do Estado e não cumpriram. “Eles cometeram uma insensatez”, avaliou.

“Acordaram com o governo de encerrar o movimento. Não cumpriram o acordo e decidiram manter a greve”, afirmou, em conversa com o apresentador Geraldo Freire. O próprio governador usou a palavra “crise” para se referir a situação na PM.

Lyra garantiu que o governo foi extremamente democrático durante as negociações, lembrou que já negociava todas as reivindicações antes da paralisação e citou que o aumento previsto para 2014, de 14,55%, é superior à inflação.

A categoria, porém, pede 50% de reajuste. “Nós temos limites de Orçamento, nós temos limites fiscais, nós temos uma Lei de Responsabilidade Fiscal que define o limite de gastos do governo com pessoal”, justificou Lyra.

O governador disse que desde às 6h acompanhava as negociações, lideradas pelo secretário da Casa Civil, Luciano Vásquez. No final da tarde, falou por telefone com a presidente Dilma Rousseff (PT) e garantiu a vinda da Força Nacional de Segurança para o Estado.

Os oficiais da Força Nacional chegaram ao Recife por volta das 5h desta quinta. Eles começam a atuar às 10h. No início da tarde, Lyra deve receber o ministro da Justiça, José Eduardo Cardozo.

À noite, após a decisão dos policiais em seguir com o movimento, o Governo do Estado entrou com um pedido para que a ilegalidade da greve fosse declarada na Justiça. O próprio presidente do Tribunal de Justiça de Pernambuco (TJPE), o desembargador Frederico Neves, acatou o pedido.

Das 18 solicitações dos militares, o Governo do Estado conseguiu reduzir os pedidos para quatro. Três estão sendo negociadas. A última, o aumento no valor do vale refeição, está impedido pela Legislação Eleitoral pela proximidade com as eleições.

Assunto: TJPE declara ilegalidade da greve dos PMS no Recife	
Veículo: Blog do Jamildo	Data: 15/05/2014
Editoria:	Seção:



TJPE declara ilegalidade da greve dos PMs no Recife

A confirmação da greve da Polícia Militar de Pernambuco na noite dessa quarta-feira (14) por tempo indeterminado foi considerada ilegal pelo Tribunal de Justiça de Pernambuco (TJPE). A declaração foi divulgada na manhã desta quinta-feira (15). De acordo com a assessoria do TJPE, caso os policiais militares continuem com a paralisação, a associação será multada em R\$ 100 mil por dia. A atitude foi tomada ainda na noite dessa quarta (14) pelo desembargador e presidente da Casa, Frederico Neves, que determinou retorno imediato da categoria ao trabalho.

Para tentar evitar saques e garantir a tranquilidade da população, agentes da Força Nacional de Segurança chegaram no Recife às 5h desta quinta-feira (15) e devem iniciar os trabalhos a partir das 10h. O ministro da Justiça Carlos Cardoso também deve vir ainda nesta quinta (15) à capital pernambucana para uma reunião com o Governo do Estado.

Assunto: Justiça decreta ilegalidade da greve da PMPE	
Veículo: Blog do Magno Martins	Data: 15/05/2014
Editoria:	Seção:



Justiça decreta ilegalidade da greve da PMPE

O Governo do Estado, entretanto, disse que não pode conceder qualquer tipo de reajuste devido ao impedimento da Justiça Eleitoral, que veta este tipo de negociação em ano de eleição.

Assunto: Exército e Força Nacional chegam amanhã a Pernambuco	
Veículo: Blog do Magno Martins	Data: 15/05/2014
Editoria:	Seção:



Exército e Força Nacional chegam amanhã a Pernambuco

O Exército e a Força Nacional irão reforçar a partir de amanhã (15) a segurança nas ruas de Pernambuco. O anúncio foi feito há pouco pelo governador João Lyra Neto (PSB) durante coletiva de imprensa a respeito da greve dos policiais militares e bombeiros.

O procurador-geral do Estado, Tiago Norões, foi pessoalmente despachar o pedido de ilegalidade da greve com o presidente do Tribunal de Justiça de Pernambuco (TJPE), desembargador Frederico Neves.

De acordo com o governador, o reforço para a manutenção da ordem chegará durante a madrugada. Não foram divulgados quantos homens serão responsáveis pelo trabalho, mas se sabe que até mesmo o ministro da Justiça, José Eduardo Cardozo, virá ao estado.

"Nós precisamos dar, a partir desta quinta, tranquilidade ao povo pernambucano. Lamento profundamente o que está acontecendo. Lamentavelmente, algumas lideranças da Polícia Militar não tiveram sabedoria para passar à corporação que estávamos abertos ao diálogo. Temos que dar, a qualquer custo, a segurança e a tranquilidade que a população merece", disse João Lyra.

Quanto ao reajuste salarial dos militares, o gestor foi categórico ao afirmar que um aumento de 50% é impensável para qualquer setor do governo, principalmente a menos de seis meses de uma eleição, prática vedada pela Justiça Eleitoral.

João Lyra esteve em reunião durante toda esta quarta-feira para tratar sobre a paralisação. Ele chegou inclusive a pedir conselhos ao governador da Bahia, Jaques Wagner (PT). "A Bahia saiu de uma greve da polícia recentemente e não deu aumento algum para os policiais", lembrou o socialista.

Assunto: Governo do Estado vai pedir ilegalidade de greve da PM	
Veículo: Blog do Magno Martins	Data: 15/05/2014
Editoria:	Seção:



Governo do Estado vai pedir ilegalidade de greve da PM



O secretário da Casa Civil de Pernambuco, Luciano Vasquez, informou na noite desta quarta-feira (14) que vai pedir na justiça a ilegalidade da greve dos policiais e bombeiros militares. “Vamos entrar com ação junto ao Tribunal de Justiça de Pernambuco (TJPE) solicitando a ilegalidade e abusividade dessa greve. Foi montada uma comissão suprapartidária de parlamentares para ouvi-los e ficou o entendimento que a paralisação encerraria”, comentou.

Vasquez acrescentou que o governo pode acionar a Força Nacional para garantir a ordem pública. ‘O governo está reunido neste momento fazendo planejamento estratégico para enfrentar essa nova situação. Esperamos o bom senso dos que estão no movimento para voltar às ruas e prestar o serviço de segurança à população’, explicou o secretário.

Segundo ele, na mesa de negociação com o governo, a categoria tinha se comprometido em encerrar a paralisação. ‘Nós avançamos dentro de uma negociação que já havia sido feita lá atrás, quando tivemos o aumento de 14,54% na data base do próximo mês de junho. Outros pontos foram solicitados pela comissão de parlamentares e o governo, dentro da sua limitação legal, a legislação eleitoral e de responsabilidade fiscal, conseguiu avançar em outros pontos’, argumentou Vasquez.

“Nós iremos garantir a segurança e ordem pública. Pedimos tranquilidade à população. Nenhum arrastão foi confirmado. Estamos reunidos e vamos tomar medidas para garantir a paz no estado, como a convocação de tropas nacionais e da Polícia Civil”, complementou o secretário.

Manutenção da paralisação - Após reunião com líderes do Governo do Estado e representantes da Assembleia Legislativa de Pernambuco (Alepe), a comissão independente de policiais militares decidiu manter, nesta quarta-feira (14), a paralisação iniciada na noite de ontem.

Em assembleia realizada no início da noite de hoje, parte da categoria que aderiu à mobilização decidiu permanecer acampada em frente ao Palácio do Campo das Princesas, sede do Executivo Estadual.

Um dos representantes dos policiais militares, soldado Joel Maurino, afirmou que não foi fechado acordo quanto ao aumento de 50% no salário-base, uma das reivindicações da categoria. Ainda segundo ele, durante a reunião ficou acordada a criação, a partir de amanhã (15), de uma comissão especial para tratar da reestruturação do centro médico hospitalar da Polícia Militar.

O grupo envolvido na mobilização também pleiteia, entre outros pontos, aumento do vale-refeição e estruturação do Plano de Cargos e Carreiras (PCC) da corporação.

Panorama - Nesta quarta-feira, primeiro dia de paralisação, dezenas de viaturas da PM ficaram paradas durante a manhã em frente ao 16º Batalhão Frei Caneca, no Cais de Santa Rita. O posto da esquina da Rua Sete de Setembro, próximo à Avenida Conde da Boa Vista, e o da Rua da Imperatriz, que fica na esquina com a Rua do Hospício, também no Centro, não abriram.

Entenda a greve - Em assembleia realizada na noite da terça-feira, em frente ao Palácio do Campo das Princesas, sede do Governo de Pernambuco, uma comissão independente de policiais e bombeiros militares decidiu cruzar os braços, após participar de reunião com o secretário da Casa Civil, Luciano Vasquez, e com o chefe da Casa Militar, coronel Mario Cavalcanti de Albuquerque.

Após a reunião, Vasquez informou que os policiais militares terão reajuste de 14,55% no contracheque de junho, equivalente à quarta parcela acordada em acordo entre governo e categoria, há quatro anos. O primeiro aumento foi em 2011, de 14%; a segunda e a terceira parcelas foram de 10%, em 2012 e 2013. Os reajustes foram concedidos sempre no mês de junho de cada ano.

Assunto: Dayse Pereira é nomeada desembargadora do TJ	
Veículo: Blog Social 1	Data: 15/05/2014
Editoria:	Seção:



Daisy Pereira é nomeada desembargadora do TJ

A procuradora Daisy Pereira foi nomeada pelo governador João Lyra Neto para o cargo de desembargadora do Tribunal de Justiça de Pernambuco, na noite desta quarta-feira (14). Daisy foi a escolhida pelo próprio governante na lista sêxtupla definida pelo Conselho Superior do MPPE em janeiro. A cerimônia de posse da nova desembargadora ainda será marcada pelo TJPE.



Assunto: As memórias da Copa de Eduardo Sertório	
Veículo: Blog Social 1	Data: 14/05/2014
Editoria:	Seção:



As memórias da Copa de Eduardo Sertório



Continuando a série Memórias..., em que o Social1 convida uma personalidade para contar algo inesquecível sobre o Mundial, hoje é a vez do desembargador Eduardo Sertório conta a sua história.



“Na verdade, são muitas. Vou falar só dá de 1958, lá na Suécia. Os vizinhos e eu ouvindo o jogo por um radinho portátil da marca Spika. O som ia e voltava. Depois fomos todos, pais, mães e filhos, para as comemorações na Av São João (São Paulo). Guarda até hoje uma bandeirinha (tipo flâmula), presente de meu pai”.

Assunto: TJPE determina fim da greve da PM sob pena de multa diária de R\$ 100 mil	
Veículo: Blog da Folha PE	Data: 15/05/2014
Editoria:	Seção:



TJPE determina fim da greve da PM sob pena de multa diária de R\$ 100 mil

O presidente do Tribunal de Justiça de Pernambuco (TJPE), desembargador Frederico Neves, determinou o fim do movimento grevista e retorno imediato dos militares estaduais às atividades. A liminar foi concedida na noite da última quarta-feira (14), durante o plantão judiciário. Em caso de descumprimento, a Associação Pernambucana dos Cabos e Soldados Policiais e Bombeiros Militares (ACS), a Associação de Praças e Policiais e Bombeiros Militares de Pernambuco (ASPPBM-PE) e cada um dos representantes do Movimento Independente da Polícia Militar serão punidos com multa diária no valor de R\$ 100 mil.

O Estado de Pernambuco ajuizou uma ação cível originária de obrigação de fazer com pedido de declaração de ilegalidade e abusividade de movimento grevista. Os militares estaduais anunciaram paralisação por tempo indeterminado após assembleia realizada, na quarta, em frente ao Palácio das Princesas. De acordo com a decisão do presidente do TJPE, o Supremo Tribunal Federal entende que “atividades das quais dependam a manutenção da ordem pública e a segurança pública, a administração da Justiça – onde as carreiras de Estado, cujos membros exercem atividades indelegáveis, inclusive as de exação tributária – e a saúde pública não estão inseridos no elenco dos servidores alcançados por esse direito de greve”.